

Reforma era sigilosa, testemunhou Élcio Caseiro afirma que Marisa chefio obra na chácara de Lula

AFP



Copa: Rússia e Uruguai são os primeiros a se classificarem

Com a vitória do Uruguai sobre a Arábia Saudita na quarta-feira, 20, a Rússia e o Uruguai estão matematicamente classificados para as oitavas de final da Copa. A Rússia é a seleção com mais gols marcados até agora na Copa, oito em dois jogos. A Seleção Brasileira, que treinou completa na quarta-feira, no estádio Slava Metreveli, em Sochi, confirmou que Neymar começa jogando nesta sexta-feira contra a Costa Rica. **Página 5**

PT apunhala pelas costas a senadora Lídice da Mata (BA)

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), excluiu da chapa majoritária às eleições deste ano a senadora Lídice da Mata (PSB), que era cotada para ser candidata à reeleição. Para o secretário-geral do PSB-BA, Domingos Leonelli, o PT ainda não aprendeu a lição que “é ganhar com o discurso de esquerda e [governar] com as parcelas da direita, até com políticas de direita como fez Dilma nos seus dois últimos anos” leva ao “fracasso”. **Página 3**

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.643 22 a 26 de Junho de 2018

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Ele confirmou que OAS proibiu uniformes com o nome da empreiteira

O caseiro do sítio de Atibaia – que Lula diz que não é seu, assim como o triplex de Guarujá – revelou, em depoimento ao juiz Sérgio Moro, que a reforma do imóvel era dirigida por D^a Marisa Letícia. Exemplificou com um dos banheiros e uma das cozinhas da proprie-

dade, “totalmente decidida por D^a Marisa”. O caseiro Élcio Pereira Vieira, o “Maradona”, depôs como testemunha de defesa de Lula. Também confirmou que os funcionários da OAS, que trabalharam na reforma do sítio, estavam proibidos de usar uniforme com a identificação da empresa. **P. 3**

Ladrões aproveitam a Copa para tirar 3,5 bi de barris da Petrobrás

Reuters



EUA têm 49 crianças brasileiras presas afastadas dos seus pais

Repúdio internacional faz Trump recuar dos campos de concentração infantis

Uma lista mais atualizada das crianças brasileiras que foram separadas na fronteira das famílias pela iníqua política de ‘tolerância zero’ do governo Trump praticamente multiplicou por seis o número

de vítimas, para 49. Só num abrigo em Chicago, há 21 crianças. A lista, do Departamento de Saúde americano, é no entanto bastante imprecisa, pois não inclui o nome das crianças, idades e nem sequer

a localização dos abrigos para onde foram levadas. O caso mais conhecido de uma criança brasileira atingida é o do neto de Maria Bastos, de 16 anos, que é autista e epilético. Foi tirado dela e levado para

um abrigo a 3.500 quilômetros de distância. Como descreveu o cônsul-geral adjunto, Felipe Costi Santa Rosa, antes de Trump eram só dois ou três por ano. As crianças têm entre 6 e 17 anos. **Página 7**

O projeto para a entrega de 70% da área de “cessão onerosa” da Petrobrás, no pré-sal, às multinacionais petroleiras, passou na Câmara, quarta-feira, com 217 votos a favor, 57 contra e 4 abstenções. Apresentado pelo deputado Aleluia (DEM-BA), o projeto tem o objetivo de tirar da Petrobrás 3,5 bilhões de barris – dos 5 bilhões da “cessão onerosa”, pelos quais a empresa pagou R\$ 75 bilhões. O projeto apareceu exatamente no momento em que a Petrobrás passou a produzir nas áreas da “cessão onerosa”, com a perspectiva de um rápido aumento na produção e nas entradas em seu caixa. **Página 2**

Gilmar, Toffoli e Lewandowski ignoram provas para absolver Gleisi Hoffmann

A segunda turma do STF absolveu, na terça-feira, a presidente nacional do PT, senadora Gleisi Hoffman, da acusação de receber R\$ 1 milhão de propina para sua campanha. O ministro Toffoli, autor do voto, não achou que suas funções anteriores (assessor jurídico da liderança do PT na Câmara, advogado de três campanhas de Lula, subchefe para assuntos jurídicos do então ministro Dirceu, na Casa Civil, etc) o tornavam suspeito para julgar a presidente do PT. **Página 3**

Unico lugar onde tem emprego no país é no Caged

Parece que os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho estão imunes ao desemprego gritante registrado pelo IBGE. **P. 2**



Reprodução

Desemprego provoca fila de milhares no Grande Rio

Por mais de três dias, milhares de pessoas enfrentaram uma enorme fila por uma vaga de emprego em loja prevista para abrir em agosto. **P. 2**

Planalto escancara riquezas minerais para estrangeiros

Decreto permite exploração na Renca

Michel Temer assinou em cerimônia na semana passada o decreto que literalmente abre as portas do país para a exploração desenfreada das nossas riquezas minerais.

O decreto 9.406/18 “atualiza” o Código de Mineração vigente desde 1967 em favor das multinacionais, extinguindo reservas e áreas de monopólio do Estado, estabelecendo muitas irrisórias aos responsáveis por desastres ambientais e facilitando o despejo em áreas de exploração.

As áreas de reservas minerais ou especiais, que antes da privatização da Vale do Rio Doce eram de exploração exclusiva do Estado, agora poderão ser ofertadas a empresas privadas e estrangeiras por meio de processos de licitação.

RENCA

Isso inclui a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), no Amazonas, com área de mais de 46 km quadrados (ou o equivalente ao território da Bélgica) ricos em minerais altamente rentáveis (inclusive ouro). No ano passado, Temer já havia tentado, por força do decreto 9.147/2017 que extinguiu o RENCA, entregar esse patrimônio à empresas privadas e estrangeiras. Contudo, saiu derrotado quando a 21ª Vara Federal revogou o decreto que era um claro atentado à soberania nacional.

Com o novo decreto, com a exceção do cobre, que dá o nome à Renca, será possível fazer a concessão de lavra de outros minérios, como o ouro e o nióbio, segundo denunciaram o Ministério Público Federal do Amapá, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ).

URÂNIO

A exploração de urânio era, até então, uma atividade exclusiva da Indústria Nuclear Brasileira (INB) que deteve até agora o monopólio de pesquisa, lavra e possível comercialização de jazidas nucleares no Brasil. Agora, qualquer um pode explorar urânio no país, inclusive empresas de capital estrangeiro.

Com a nova redação do Código da Mineração, qualquer irregularidade no cumprimento da legislação ambiental, trabalhista e administrativa pelas mineradoras serão praticamente anistiadas. A já frouxa punição às empresas de minério, passa a ser irrisória e os responsáveis por desastres ambientais como o vivenciado com o rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais, serão punidos com multas que não podem ultrapassar o ridículo valor de R\$ 3.239,90.

O decreto de Temer também extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral e cria mais uma agência reguladora, a Agência Nacional de Mineração (ANM). A experiência das agências reguladoras nos setores de energia e telefonia mostram que as mesmas são criadas apenas para deliberar em favor das empresas privadas e contra o Estado e a população. A partir de agora, será a AMN que concederá autorização para que empresas explorem novas áreas e acelere os processos de desapropriação, sem que isso tenha que passar pelo crivo da Justiça.

Na cerimônia que celebrou a assinatura do decreto, o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, ressaltou que o novo código passará a compensar os municípios que não são produtores, mas são impactados com a atividade mineradora. Contudo, não haverá impacto nenhum no bolso das empresas de mineração, já que o texto apenas redistribui entre os entes federativos os royalties já pagos.

“Agorá” nas planilhas da Odebrecht, Moreira Franco foi citado dezenas de vezes por diferentes executivos da construtora. Ele é apontado por favorecer a empresa em troca de “favores financeiros” nos contratos de licitação de aeroportos quando ministro da Aviação Civil do governo Dilma.

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Câmara aprova entrega de 70% de 5 bilhões de barris da Petrobrás



Assalto à Petrobrás foi aprovado na Câmara por apenas 217 deputados



Fila gigantesca por vaga de emprego em loja em São Gonçalo no Rio

Temer brinca no Twitter enquanto milhares de pessoas buscam por emprego no Rio

O Ministério do Trabalho divulgou nesta quarta-feira (20) que o Brasil criou 33.659 vagas de emprego formal no mês de maio, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Enquanto o setor agropecuário (café, laranja, bovinos e florestas) abriu 29.302 postos, a indústria de transformação – o setor que alavanca a economia, hoje no fundo do poço – fechou 6.464 postos de trabalho. O setor do comércio, que expressa bem o consumo das famílias, encerrou 11.919 postos de trabalho em maio.

No momento em que Michel Temer antecipava os números no Twitter: “Acabo de receber os números do Caged. Foram criados mais de 33 mil empregos formais no mês de maio no Brasil”, milhares de pessoas enfrentavam uma enorme fila, pelo terceiro dia seguido, em São Gonçalo (RJ), em busca de uma vaga de emprego num shopping.

Muitas delas começaram a chegar ao estabelecimento comercial local por volta das 16 horas de segunda-feira para conseguir uma das 200 senhas que seriam oferecidas por dia, de terça a quinta.

Os depoimentos das pessoas, ouvidas pelo G1, revelam a tragédia que atinge milhões de brasileiros em todo o país.

Homens e mulheres,

mães com crianças de colo, mães chefes de família, dormiram ao relento para garantir uma das fichas, numa empresa que está apenas recolhendo os currículos.

O prazo para o estabelecimento começar a funcionar é agosto, porém, o não foi divulgado o número de vagas a serem oferecidas.

“É muito esforço, o mercado de trabalho está fechado e eu estou com 42 anos. Nessas horas é que a gente vê o tamanho do desemprego no nosso país”, declarou a dona de casa Rosângela Almeida.

“Eu sou a provedora da minha da casa, sou eu que levo o pão de cada dia todos os dias. Então, comigo desempregada, como eu vou pagar as contas, como eu vou sobreviver. Eu espero que não só eu, mas todos que estão aqui consigam realizar o sonho que a gente está buscando hoje, uma vaga de emprego”, disse Trindade Clarinda.

Em busca de emprego há seis meses, o técnico de informática, Bruno Leonardo Martins Ferreira, de 39 anos, relatou que está tentando vaga “em qualquer área”. “Tenho dois filhos e preciso pagar a pensão”.

Já a jovem Luciana chegou por volta das 19 horas de segunda-feira, com sua filha Pietra de apenas um ano de vida, a irmã, a tia e uma amiga. “Dormimos aqui no chão

mesmo”, declarou.

IBGE

De fevereiro a abril, a catástrofe do desemprego, fruto da recessão econômica dos governos Dilma/Temer, atingiu 13,4 milhões de brasileiros, segundo a PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E ainda falta trabalho para 27,7 milhões pessoas no país, se somarmos o número de desempregados mais as pessoas que estão no subemprego, buscando qualquer bico para sobreviver.

A mesma pesquisa do IBGE diz que o número de empregados com carteira de trabalho assinada (32,7 milhões) caiu -1,7% frente ao trimestre anterior (novembro de 2017 a janeiro de 2018), uma redução de 567 mil pessoas. Não houve criação de emprego com carteira assinada e sim queda. Já a população ocupada (90,7 milhões) no trimestre de fevereiro a abril de 2018 caiu 1,1% em relação ao trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018 (menos 969 mil pessoas).

Voltando ao Caged/MTE, de maio de 2014 (40,539), quando teve início a recessão, a maio de 2018 (38,249) há um déficit de 2,695 milhões empregos formais no país.

Os 33.659 empregos formais criados em maio é o saldo, o total de 1.277.576 contratações menos 1.243.917 demissões no período.

Monitor do PIB/FGV: economia recua 0,4% no trimestre encerrado em abril

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve uma queda de 0,4% no trimestre encerrado em abril deste ano, em relação ao trimestre encerrado em janeiro, segundo o Monitor do PIB, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado na terça-feira (19).

No mês de abril, o PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, foi praticamente ZERO, de 0,1%, na comparação com março deste ano.

A tentativa de culpar os caminhoneiros, que realizaram a greve nacional em maio, pela grave crise econômica, é mais uma vez

desmascarada pelo próprios índices do Monitor. Para o coordenador Claudio Considera do Monitor do PIB/FGV, os dados revelam “certa estagnação”, tentando relativizar a recessão em que o país está afundado há quatro anos, resultado dos desgovernos Dilma/Temer de arrocho fiscal, com teto nos gastos públicos e transferência de recursos do povo para o sistema financeiro.

Segundo Considera, “a atividade econômica do País já não estava muito bem das pernas”, já que nos meses de janeiro e fevereiro, o Monitor do PIB registrou queda de

-0,3% nos dois meses, em relação ao mês anterior, e 0,0% no mês de março.

As projeções do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV são de 1,9% de crescimento para 2018, bem abaixo dos 2,8% que haviam sido projetados no início do ano. Bem otimista ainda, já que as estimativas de crescimento do PIB feita por instituições financeiras estão em torno de 1%.

O Monitor do PIB é como se fosse uma prévia do índice oficial, divulgado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Projeto do deputado Aleluia, aprovado por apenas 42% da Câmara, entrega 3,5 bilhões de barris da “cessão onerosa” descoberta pela Petrobrás

O projeto apresentado pelo deputado Aleluia (DEM-BA), que permite a entrega de 70% da área de “cessão onerosa” da Petrobrás, no pré-sal, às multinacionais petroleiras, passou na Câmara, quarta-feira, com 217 votos a favor, 57 contra e 4 abstenções.

O projeto é, obviamente, um daqueles monstros fabricados no departamento jurídico de alguma petroleira estrangeira, sequiosa pelo melhor petróleo brasileiro.

A “cessão onerosa” é, mais que uma área, um volume de cinco bilhões de barris de petróleo, comprado pela Petrobrás à União por R\$ 75 bilhões (US\$ 42 bilhões).

Ela compreende os campos petrolíferos de Sul de Tupi (atual Sul de Lula), Florim (atual Itapu), Nordeste de Tupi (atual Sépia), Sul de Guarará (atual Sul de Sapinhoá), Franco (atual Búzios) e Entorno de Iara (atuais campos de Atapu, Sururu e Berbigão).

São áreas em que a Petrobrás já confirmou a existência de petróleo, através de estudos exploratórios, e já começou a produção, dentro da maior reserva do mundo, o pré-sal.

O projeto do deputado Aleluia cede 3,5 bilhões de barris, que são da Petrobrás, para as multinacionais.

Dentro do plenário da Câmara, o próprio presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, que Temer colocou no lugar de Pedro Parente, fazia lobby a favor dessa tentativa de entrega do nosso petróleo aos monopólios da indústria petrolífera.

E tentador dizer que é um caso inédito: o presidente de uma empresa de petróleo, que possui um volume de cinco bilhões de petróleo de excelente qualidade, apoiando a pilhagem de 3,5 bilhões de barris de sua empresa – nada menos de 70% do volume adquirido pela Petrobrás, através da cessão onerosa.

Disse esse serviço que o projeto de entrega “vai ajudar bastante, porque vai criar um ambiente mais estável, e é isso que o investidor estrangeiro quer”.

Em resumo: o elemento colocado na presidência da Petrobrás acha que as propriedades da empresa devem estar à disposição do “investidor estrangeiro” - e não do desenvolvimento do país e da promoção do seu povo.

Talvez seja perda de tempo – porque é óbvio – dizer que desclassificados como esse sujeito ou como o deputado de aluguel em nome do qual foi apresentado o projeto, são a negação de tudo o que é a Petrobrás.

Menos perda de tempo será dizer que eles não vão conseguir o que querem – até porque não têm tanto tempo, até que este país transborde sua energia, e isso ninguém irá conseguir evitar. Pode não ser hoje, mas vai acontecer, porque, assim como as pessoas, é inevitável que as nações – os povos, que são formados por pessoas - lutem contra a sua escravidão, lutem pela liberdade e pelo progresso.

A aparição desse projeto, como nota o engenheiro de petróleo Paulo César Ribeiro Lima, consultor da Câmara, se deu, exatamente, no momento em que a Petrobrás começou a produzir nas áreas da “cessão onerosa”, através da “unidade estacionária de produção P-74”, que é um FPSO, um navio-sonda, no campo de Búzios.

A “cessão onerosa” são as áreas em que a Petrobrás, nos últimos anos, concentrou seus investimentos. Por isso, depois da primeira unidade de produção, no campo de Búzios, o plano é aumentar a produção rapidamente nesses

campos:

“Para o segundo semestre de 2018, a Petrobrás prevê a entrada em operação dos FPSOs [navios-sondas] P-67, P-68, P-69, P-75 e P-76. É quase um FPSO por mês e nada menos do que 750 mil barris instalados. Somados com as duas unidades de produção do primeiro semestre, a capacidade de produção instalada pela Petrobrás em 2018 deve ser superior a 1 milhão de barris por dia.

“A programação para a entrada em operação de FPSOs [navios-sondas], conforme a Petrobrás, deverá ser a seguinte: em 2019, os FPSOs P-70 (Atapu I) e P-77 (Búzios IV); em 2021, a unidade Búzios V e Sépia; e em 2022, uma unidade em Itapu” (cf. PC. Ribeiro Lima, “Análise projeto de lei nº 8.939, de 2017, e da cessão onerosa”, p. 33).

Os cálculos do engenheiro e consultor da Câmara são importantes:

“Em razão de não haver o pagamento de participação especial, a produção sob o regime de cessão onerosa deverá proporcionar um grande aumento na geração de caixa da Petrobrás.

“... estima-se que o custo total de produção da Petrobrás nas áreas da cessão onerosa será de cerca de US\$ 20 por barril. (...) o custo total de produção com participação governamental (royalties de 10% [considerando um preço de US\$ 70 por barril]) será de US\$ 27 por barril.

“Assim, cada barril produzido deverá gerar uma receita líquida de US\$ 43, que multiplicado por cinco bilhões de barris totaliza uma receita total líquida de US\$ 215 bilhões, sem atualização a valor presente.

“Utilizando-se uma taxa de câmbio de 3,7 Reais por Dólar, a receita líquida das áreas da cessão onerosa, sem atualização a valor presente, já subtraídos todos os custos, será de R\$ 795,5 bilhões.

“Utilizando-se uma taxa de desconto de 8,83%, igual à do Contrato de Cessão Onerosa, e uma curva de produção com base nas estimativas do Plano Decenal de Expansão de Energia 2026, **chega-se a um valor presente líquido de R\$ 173,3 bilhões**, valor ainda muito maior que os R\$ 74,807 bilhões pagos pela Petrobrás” (idem).

Por fim, a conclusão:

“... pelo fato de a Petrobrás gastar apenas US\$ 27 por barril e poder vendê-lo a US\$ 70, no âmbito da cessão onerosa, os barris produzidos sob esse regime promoverão uma grande geração de caixa, que poderá ser utilizada para redução do endividamento, para novos investimentos e para aumento dos lucros da estatal.

“Como grande parte das unidades de produção da cessão onerosa já estão contratadas e construídas, elas poderão entrar em operação no curto prazo, produzindo petróleo com altíssima rentabilidade. (...) é desprovida de qualquer lógica a Petrobrás transferir a titularidade dessas áreas, como proposto pelo Projeto de Lei nº 8.939, de 2017”.

É isso que o projeto do notório Aleluia quer jogar pela janela – ou, melhor nos cofres das multinacionais.

É significativo que, mesmo na Câmara atual - que, ao contrário do nosso petróleo do pré-sal, não tem fama de excelência - apenas 217 deputados tenham votado nessa aberração.

O que significa que o projeto foi aprovado por 42% da Câmara. Mais da metade, 58%, ou não votaram ou votaram contra.

O projeto agora seguirá para o Senado.

C.L.



Paulo Câmara, governador de PE “Turma do Temer não faz bem a Pernambuco”, diz Câmara, sobre a oposição

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), rebateu os ataques do candidato da oposição senador Armando Monteiro Neto (PTB) durante visita a Ouricuri, Sertão do Araripe, com correligionários e aliados onde apresentou suas ações.

“São ataques que não têm consistência. Até porque o que falta do outro lado a gente tem, que é serviços prestados a Pernambuco, experiência e sabemos o que a gente não quer. Eles estão do lado que a gente não quer (estar), estão junto com o presidente Temer”, declarou Paulo Câmara, que concorre à reeleição.

“Pernambuco não concorda com a forma que o Brasil vem sendo administrado e nem com essas alianças que a oposição, liderada por Armando Monteiro e pelo ministro Mendonça Filho (DEM), que entendem que o melhor é Temer e nós entendemos o contrário”, afirmou.

Na última eleição, em 2014, Paulo Câmara derrotou Armando Monteiro no primeiro turno, com 3.009.087 votos contra 1.373.237.

“Vou trabalhar por Pernambuco, tenho mandato concedido pelo povo e teremos a nova oportunidade de discutir Pernambuco. A população tem nos dado confiança não só agora, mas antes com Eduardo Campos. A população está ciente que o palanque de oposição representa o governo Temer, um governo que tem feito mal ao Brasil e não podemos deixar que políticas que o presidente Temer tentou implementar no Brasil sejam defendidas por políticos pernambucanos, pois vai de encontro ao que a gente quer, uma região mais forte, um estado mais organizado e que tenha ações que chegue aos mais pobres. O palanque da turma do Temer não vai fazer bem a Pernambuco”, disse o governador.

Governador petista exclui PSB da chapa majoritária na Bahia

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), excluiu da chapa majoritária às eleições deste ano a senadora Lídice da Mata (PSB), que era cotada para ser candidata à reeleição.

Lídice considerou “um absurdo” a decisão do governador e declarou que “caiu mal internamente no meu partido [a atitude de Rui Costa]. Fui a grande defensora do PT, do governo do PT e da presidente Dilma”.

Rui Costa tirou a senadora do PSB da chapa para acomodar o PP e o PSD na aliança. O atual vice João Leão (PP) e o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Angelo Coronel (PSD), serão os nomes da chapa. A outra vaga de senador será ocupada pelo ex-governador e ex-ministro da Casa Civil, Jaques Wagner (PT). O anúncio oficial ainda não aconteceu, foi adiado da terça-feira (19) para outra data ainda não marcada.

O secretário-geral do PSB-BA, Domingos Leonelli, disse lamentar que Rui Costa em vez de discutir previamente com os partidos da base, tenha “nomeado” o presidente da Assembleia Legislativa, Angelo Coronel (PSD), para concorrer ao Senado. Leonelli refere-se ao

senador Otto Alencar (PSD), articulador do nome de Coronel. Otto foi um dos principais aliados do falecido Antonio Carlos Magalhães (ACM). Leonelli disse que no governo “Otto passou de jogador para árbitro e passa a ser a principal força de influência do governo de Rui Costa”.

“Talvez o erro principal da nossa negociação na chapa majoritária foi não ter negociado com Otto diretamente”, ironizou. “Talvez algumas de nossas propostas teriam sido aceitas mais facilmente do que apresentadas ao governador do PT. E o PT, segundo sua tradição, que é ganhar com o discurso de esquerda e [governar] com as parcelas da direita, até com políticas de direita como fez Dilma Rousseff nos seus dois últimos anos. Mas nós pensávamos que essa lição tinha sido aprendida com o fracasso [referindo-se ao impeachment de Dilma] desse tipo de política no governo Leonelli”.

A senadora Lídice da Mata é aliada histórica do PT na Bahia e foi uma das principais defensoras da ex-presidente Dilma Rousseff durante o processo de impeachment.

STF autoriza PF fechar acordo de colaboração premiada

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, na quarta-feira (20), que a Polícia Federal (PF) pode negociar e celebrar acordos de colaboração premiada com investigados. A decisão, no entanto, afirma que os delegados não podem oferecer imunidade aos investigados, ou seja, a promessa de que não serão processados criminalmente pelos crimes delatados.

A decisão reafirma que a apresentação de denúncia criminal é uma atribuição do Ministério Público e os delegados não teriam poder de negociação sobre esse ponto. De acordo com o STF, cabe aos acordos firmados pela polícia apenas sugerir

Caseiro revela que obra do sítio de Atibaia foi sigilosa



Depoimento do caseiro ao juiz Sérgio Moro aconteceu na quarta-feira, 20

Toffoli, ex-advogado do PT, Gilmar e Lewandowski absolvem Gleisi

A segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu, na terça-feira (19), a presidente nacional do PT, senadora Gleisi Hoffmann. A decisão foi tomada pelos ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, que alegaram “insuficiência de provas”.

O voto vencedor foi do ministro Dias Toffoli. Mendes e Lewandowski repetiram as mesmas alegações.

Toffoli, hoje seguidor da escola Gilmar Mendes, não achou que suas funções anteriores (assessor jurídico da liderança do PT na Câmara, advogado de três campanhas de Lula, subchefe para assuntos jurídicos do então ministro José Dirceu, na Casa Civil, Advogado Geral no governo Lula, além de consultor jurídico da CUT e indicado por Lula para o STF) o tornavam suspeito para julgar a presidente nacional do PT, sobretudo em um caso que envolvia o esquema de propinas armado por sua clientela anterior.

Trata-se daquele velho problema, levantado pelo grande advogado romano Marco Túlio Cícero, no ano 63 antes de Cristo: “O tempore, o mores!” (O tempos, ó costumes!). Foram também absolvidos o marido da sena-

dora, ex-ministro Paulo Bernardo e Ernesto Kugler Rodrigues – intermediário na receptação do dinheiro da Petrobrás para a campanha de Hoffmann ao Senado.

RELATORIO

O ministro relator do processo, Luís Edson Fachin, mostrou as provas contra Gleisi Hoffmann e Ernesto Kugler – e citou o depoimento do advogado Antônio Carlos Fioravante Pieruccini, relatando como recebia o dinheiro do doleiro Alberto Youssef, através de Rafael Angulo, transportador de dinheiro de Youssef, e o entregava a Ernesto Kugler.

Além disso, Fachin citou o contato telefônico de Kugler com Pieruccini, durante a campanha eleitoral de 2010.

O ministro-relator observou que a quantia passada para a campanha de Gleisi Hoffmann não foi declarada à Justiça Eleitoral.

Por esta razão, Fachin preferiu propor a condenação de Hoffmann por falsidade ideológica eleitoral (artigo 350 do Código Eleitoral: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais”; pena: reclusão

até cinco anos).

Fachin declarou que, quanto ao crime de lavagem, quando Gleisi Hoffmann cometeu os delitos, em 2010, a legislação brasileira ainda não definia esse crime na forma atual, o que somente foi efetuado em 2012, com a reforma da Lei 9.613/1998. Por isso, propunha a sua absolvição quanto a isso.

O voto do revisor do caso, ministro Celso de Mello, respaldou inteiramente o voto do relator.

PROVAS

Em seguida, Dias Toffoli votou pela absolvição de Gleisi Hoffmann, alegando que a acusação se baseava em depoimentos de testemunhas.

Como a Procuradoria Geral da República apresentou a agenda de Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobrás) com a anotação “1.0 PB” (um milhão Paulo Bernardo), Toffoli afirmou que o documento não podia ser considerado elemento externo aos depoimentos – ou seja, não podia ser considerado prova material – porque foi “produzido unilateralmente pelo próprio colaborador”.

No entanto, nem isso é verdade. Paulo Roberto Costa não era “colaborador” quando a agenda foi apreendida. Leia mais em www.horadopovo.org.br

PGR denuncia presidente do PP ao Supremo

A Procuradoria Geral da República denunciou, na terça-feira (19), o senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) e o ex-deputado Márcio Junqueira (ex-filiado ao PP). Eles são acusados de obstrução de Justiça, pela tentativa de comprar silêncio de ex-assessor do PP que colabora com as investigações da Operação Lava Jato.

Em abril, os gabinetes de Nogueira e Dudu da Fonte foram alvo de busca e apreensão de terminada pelo ministro Edson Fachin, relator do caso no Supremo Tribunal Federal. Agora, cabe ao STF decidir se aceita a denúncia e transforma os pepistas em réus.

O deputado é investigado por associação criminosa ao lado de outros parlamentares do PP, inclusive, acusados de receber dinheiro desviado da Petrobrás. O senador é alvo de seis inquéritos da Lava Jato. Entre as acusações, ter recebido pelo PP R\$ 42 milhões da JBS para que o partido apoiasse a reeleição de Dilma em 2014.

A Polícia Federal chegou a prender Márcio Junqueira, em Brasília. Ele foi flagrado em uma “ação controlada” de investigadores da força-tarefa entregando R\$ 6 mil ao ex-assessor de Ciro Nogueira.

A Procuradoria diz que o dinheiro serviria pra comprar o silêncio da testemunha, o ex-assessor José Expedito Rodrigues Almeida, que procurou a Polícia Federal para denunciar um esquema de captação de propina de políticos do partido.

Parlamentares recuam e desmascaram a CPI do PT contra a Operação Lava Jato

A manobra rasteira do líder do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta (RS), que tentou iludir seus pares e induzi-los a apoiar um requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Operação Lava Jato foi desmascarada.

O requerimento chegou a ser apresentado no plenário no dia 30 de maio, tendo número regimental de assinaturas de apoio. Como não poderia deixar de ser, com desatuação para a adesão das bancadas dos partidos mais implicados nas falcatruas investigadas: PT (57 assinaturas), PMDB (34) e PP (35 assinaturas).

Porém, assim que a artimanha foi desmascarada, houve uma corrida de parlamentares para retirar as assinaturas. Eles denunciaram que houve má-fé do petista, que ocultou no preâmbulo do requerimento suas reais intenções de atacar a Lava Jato.

O deputado Rubens Bueno (PPS/PR) denunciou que o texto originalmente apresentado aos parlamentares que

subscreveram o pedido tratava apenas de fatos relacionados a suposta cobrança de propina nas negociações de delação feitas pelo escritório Antônio Figueiredo Bastos. A nova proposta, segundo o parlamentar, permite que seja ampliado o escopo da investigação, induzindo os signatários ao erro.

“É evidente que os signatários foram induzidos ao erro por ementa que não traz os casos discriminados na página seguinte. Ao assinar o documento, acreditávamos que a investigação iria se restringir ao escritório do senhor Antonio Figueiredo Bastos e a advogados [desse escritório] que recebiam taxa de proteção de delatores”, comentou.

Bueno pediu ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que não crie a CPI e devolva o requerimento ao autor, porque foi incluída matéria estranha ao texto. Ele afirmou que 82 deputados já pediram a retirada de apoio ao texto.

O ponto de partida para o pedido da CPI teria sido uma notícia publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, em

19 de maio, sobre relato do doleiro Cláudio de Souza, em delação ao Ministério Público Federal, dizendo que pagou uma “taxa de proteção” de US\$ 50 mil ao escritório do advogado. Porém, as páginas seguintes do requerimento abriram o leque da investigação para uma tentativa de desmoralização da Lava Jato.

O líder do PSB, deputado Júlio Delgado (MG), também disse que foi induzido ao erro. “A ementa do texto assinado era diferente do texto apresentado”, declarou. “Qualquer investigação que tenha por objetivo zelar pela lisura das atividades públicas e, consequentemente, a justa punição daqueles que se comportam em desacordo com isso, recebe nosso total e irrestrito apoio”, completou.

Ao pedirem a retirada de suas assinaturas, os deputados afirmaram que, ao assinar o requerimento, não tinham a intenção de enfraquecer a Operação Lava Jato.

Ler mais em www.horadopovo.org.br

Élcio Vieira disse que após a compra do sítio de Atibaia começaram a chegar as coisas de Lula e que foi Dona Marisa quem conduziu as reformas

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, na quarta-feira, dia 20, o caseiro do sítio de Atibaia, Elcio Pereira Vieira, conhecido como “Maradona”, afirmou que a reforma do imóvel foi decidida pela esposa de Lula, Dª Marisa Letícia. O caseiro citou especificamente a reforma em um dos banheiros da propriedade e a ampliação de uma das cozinhas, como “*totalmente decidida por Dª Marisa*”.

Lula diz que o sítio não é seu, assim como o triplex de Guarujá também não era seu. Segundo as provas apresentadas, a OAS, a Odebrecht e o grupo Schain pagaram R\$ 1.266.481,32 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos) de propina para Lula, somente através da reforma do sítio, sem contar a aquisição do imóvel.

Se o sítio não é seu, então, por que sua esposa decidia as obras?

O mais revelador, nessa declaração, é que o caseiro **não era uma testemunha da acusação**. Pelo contrário, Elcio Pereira Vieira **depôs como testemunha de defesa de Lula**.

Por exemplo, disse que Lula “*nunca pediu favores e muito menos passou recados*”.

Essa declaração é desmentida pelo depoimento de Misael de Jesus Oliveira, empregado da OAS Empreendimentos, que testemunhou, também diante de Moro, na segunda-feira.

“*A primeira-dama me pediu diretamente algumas coisas*”, disse o funcionário da OAS. “*O presidente, só através de recados. [Maradona] falava: o presidente tá perguntando quando vai ficar pronto o lago, quando que vai mexer no lago, o que está acontecendo no lago*”.

“[Dª Marisa] *me pediu para ver com ela para colocar o forno, me pediu para a gente olhar, dar uma opinião para ela. Todas as quartas ela ia [ao sítio] com o segurança e nos finais de semana*.”

Sobre como era feito o pagamento do material para as reformas, Misael declarou que “*quando eu saía da OAS, do escritório da Avenida Angélica, eu levava um valor em dinheiro. Junto com esses valores em dinheiro, eu fazia as compras e guardava as notas. Tudo que eu comprava lá em Atibaia, nos depósitos da região, eu prestava contas quando eu voltava para a empresa*”.

Esse procedimento era anormal dentro da própria empresa. Nas outras obras, disse o funcionário da OAS, “*tudo é pela compra da própria empresa, do setor de compras*”.

No sítio de Atibaia, no entanto, nada era comprado em nome da OAS: “*eu pedira no meu nome, Misael*”. *Pedia para entregar no endereço que era no sítio*”.

Além disso, tudo era comprado em dinheiro vivo.

O funcionário da OAS também relatou o início de seu trabalho no sítio:

“*Meu gerente, Luís Alberto, me chamou na área dele, com mais três pessoas que trabalhavam comigo, e falou que a gente ia fazer uma reforma num sítio em Atibaia, seria uma reforma no sítio do presidente*.”

Os funcionários que trabalhavam no sítio eram obrigados a deixar na empresa o crachá da OAS, declarou Misael: “*Eles pediram para a gente fazer sigilo porque a gente ia trabalhar no sítio do presidente. Ninguém pode ficar sabendo disso, nem aqui na empresa, nem fora*”. [Disseram] *que a gente não usasse o uniforme da empresa*”.

Assim, “*foi feito um uniforme sem o nome da empresa*” para os que trabalhavam no sítio de Atibaia.

Misael revelou que, dos projetos que a OAS ficou de realizar no sítio, não foi construída uma capela: “*Assim que passasse a eleição, ia começar o serviço da capela. Conversando com o pessoal da empresa, eles pediram para esticar um pouco, para deixar a eleição passar. Pelo que eu entendi, se a*

Dilma ganhasse, a gente fazia a obra”.

Dilma, realmente, ganhou as eleições, turbinada pelas propinas da Odebrecht, JBS, OAS, etc. Porém, tudo indica que a capela não foi construída devido a outro problema: a Operação Lava Jato.

Em seu depoimento da quarta-feira, o caseiro revelou que sabia do sigilo em torno das obras, inclusive que a OAS proibira o uso dos uniformes da empresa pelos trabalhadores. Em 2010, disse Maradona, uma turma de 20 a 25 pessoas construiu quatro suítes e um galpão, mas nenhum dos trabalhadores tinha alguma identificação da empresa para a qual trabalhavam.

Também admitiu que conhecia o diretor técnico da OAS, Paulo Gordilho, encarregado pelo presidente da empreiteira, Léo Pinheiro, das obras do sítio. Gordilho esteve no sítio para saber o que Lula e Dª Marisa queriam que a OAS fizesse. Porém, disse o caseiro que não sabia que Gordilho era da OAS.

Uma questão especial foram os e-mails trocados pelo caseiro com o Instituto Lula.

Por exemplo:

No dia 21 de abril de 2014, Maradona enviou **para o Instituto Lula**, um e-mail com o título “*avião aqui na chacara hoje pela manhã*” e uma foto.

No dia 5 de outubro, o caseiro Maradona enviou um e-mail **para o Instituto Lula** com o título “armadilha”, informando: “*morreu mais um pintinho essa noite e caiu dois gambá nas armadilhas*”.

No dia 23 de outubro, outro e-mail de Maradona **para o Instituto Lula**, com o título “*pintinho*”, em que diz: “*a pirua esmagou os tres pintinhos de pavão que estava com ela*”.

Por que ele enviou esses e-mails para o Instituto Lula, se o sítio não era de Lula?

Na quarta-feira, diante do juiz Moro, o caseiro declarou que Dª Marisa lhe disse: “*Tudo que tiver relacionado à horta e aos bichos você me passa nesse e-mail*”.

Em tudo isso, há, ainda outro problema, além do fato de que Dª Marisa e o próprio Lula tratavam o sítio como seu, decidiam as obras que bem entendiam, guardavam seus pertences pessoais, incluindo uma adega, no sítio, compravam pedalinhos para seus netos usarem no lago do sítio, etc., etc.

O problema é que o caseiro Maradona, em um de seus e-mails, colocou, como assunto, “*chácara do presidente*”, e, em outro e-mail, “*sítio do presidente*”.

A defesa pediu que o caseiro explicasse porque colocou aqueles títulos nos e-mails.

Disse o caseiro Maradona que tudo foi “uma brincadeira”. Segundo seu relato, houve uma partida de futebol entre os seguranças e os amigos do presidente. Um dos últimos – justamente Fernando Bittar, em nome do qual está metade do sítio – teria falado: “*Quem ganhar aqui vai ficar com a chácara*”.

Como o time de Lula ganhou a partida, “*eu intitulei Chácara do presidente*”. Mas era uma brincadeira”.

Em relação ao outro e-mail, intitulado “*sítio do presidente*”, o caseiro disse que “*não sou bom em português. Eu intitulei sítio do presidente, mas eu queria ter escrito sítio pro presidente*”.

Se essas foram as melhores histórias que a defesa de Lula conseguiu imaginar – e fazer o caseiro repeti-las –, aguardemos o depoimento do próprio réu, marcado, pelo juiz Moro, para o dia 11 de setembro.

A PF apurou que, de 2011 a 2016, Lula esteve 270 vezes no sítio de Atibaia – e houve um total de 546 deslocamentos (um a cada quatro dias) dos carros que estavam à sua disposição, como ex-presidente, entre sua casa, em São Bernardo, e o sítio.

Com certeza, porque o sítio não era “do presidente”, mas “pro presidente”.

CARLOS LOPES

Moro interrogará Lula em setembro

O juiz Sérgio Moro marcou, na quarta-feira (20), a data para interrogar o Lula na ação penal sobre o sítio de Atibaia. O ex-presidente é acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de ter recebido propina superior a R\$ 1 milhão das empresas Odebrecht, OAS e Schahin Engenharia por meio de reformas feitas na propriedade.

Lula será ouvido pelo juiz no dia 11 de setembro às 14 horas. A denúncia foi elaborada com base em depoimentos, documentos apreendidos, dados bancários e fiscais bem como outras informações colhidas ao longo da investigação.

Será a terceira vez que Moro o interrogará presencialmente. A primeira foi em maio de 2017, no processo em que foi condenado pelo recebimento de propina paga pela empreiteira OAS em um triplex no Guarujá (SP). A segunda ocorreu em setembro do ano passado, sobre a acusação de ter sido beneficiado pela Odebrecht na compra de um terreno para o Instituto Lula e um apartamento em São Bernardo (SP).

Moro também marcou o interrogatório dos demais réus da ação. As oitivas devem começar no dia 27 de agosto e terminar com o depoimento de Lula.

Máfia dos ônibus pagou propina de R\$ 80 milhões para Picciani

Ex-vice-presidente da Fetranspor, Marcelo Traça, disse em acordo de colaboração com justiça, foi encarregado de entregar 40 parcelas de R\$ 2 milhões para o deputado

O ex-vice-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), Marcelo Traça, afirmou em colaboração com a justiça, que pagou R\$ 80 milhões em propina ao deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Jorge Picciani (PMDB). De acordo com Traça, a quantia foi dividida em 40 parcelas de R\$ 2 milhões. O objetivo era a aprovação de leis que favorecessem o setor.

“No final de 2015, eu fui chamado para uma reunião na casa de Picciani, na presença de José Carlos Lavouras, então presidente da Fetranspor, onde me foi colocado que a Fetranspor tinha um compromisso mensal com Picciani na ordem de R\$ 2 milhões. Foi pedido que eu fosse o portador dessa quantia mensal. Fiz umas 40 entregas, mais ou menos, desse valor”, disse Traça.

A declaração foi dada em depoimento realizado nesta terça-feira (19) no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no âmbito da operação Cadeia Velha, um dos desdobramentos da Lava Jato no Rio de Janeiro.

Traça contou que fazia entregas mensais ao deputado Edson Albertassi (PMDB), em valores próximos a R\$ 68 mil, também para garantir influência da Fetranspor na Alerj. Os valores eram pagos em espécie, tanto para Picciani quanto para Albertassi, em lugares que iam desde as residências deles a restaurantes e até mesmo na própria Alerj.

Benedicto Júnior da Odebrecht também afirmou em colaboração premiada que havia doações para o deputado Picciani e também para o deputado Paulo Melo (PMDB), por meio de caixa 2 e outras formas de repasses.

“Nós tínhamos três tipos de doações. Doações oficiais; doações por caixa 2, pelo nosso sistema de operações estruturadas, dinheiro ilícito; e caixa 3, por interposta pessoa. Nós tínhamos a preocupação de que fossemos sempre bem-vistos pelo entorno do governador Sérgio Cabral”, explicou Benedito, também conhecido como BJ.

A operação Cadeia Velha levou para a cadeia os deputados Jorge Picciani, Paulo Mello e Edson Albertassi e investiga um esquema de corrupção em que os deputados usavam da sua influência para aprovar projetos na Alerj para favorecer as empresas de ônibus, como a Fetranspor e também as empreiteiras, como a Odebrecht.

O MPF detectou que Picciani recebeu propinas desde os anos

1990 e não deixou de obter entre 2011 e 2014, quando ficou sem mandato e mesmo depois que Cabral foi preso, ele seguiu recebendo as propinas em troca de vantagens como reajustes injustificados de tarifas, retenção irregular de créditos do Riocard e prevaricação dos agentes encarregados de fiscalizar o setor.

As investigações do MPF apontaram que o ex-presidente da Alerj, Picciani, seu antecessor, Paulo Melo, e o segundo vice-presidente, Edson Albertassi, formam uma organização integrada ainda pelo ex-governador Sérgio Cabral, que vem se estruturando de forma ininterrupta desde a década de 1990.

A organização, como apurou o MPF, adotou práticas financeiras clandestinas e sofisticadas para ocultar o produto da corrupção, que incluiu recursos federais e estaduais, além de repasses da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor).

A petição do MPF foi embasada em três frentes de apuração: os repasses da Fetranspor para deputados; os recursos da Federação para uma conta de Cabral e sua partilha com Picciani e Melo; e as doações da construtora Odebrecht a políticos, depois declaradas em acordos de colaboração já homologados.

Entre 1995 e 2002, época que Sérgio Cabral era deputado estadual pelo Rio e presidia a Alerj, a Fetranspor pagou mesada aos deputados em valores que iam de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão. Cabral e Picciani eram os principais líderes da Alerj à época, e conduziam “as negociações” que levavam à distribuição da propina.

A mensalidade paga pela Fetranspor tinha como objetivo o apoio aos interesses da entidade, que congrega dez sindicatos, como o Rio Ônibus. No total, são mais de 200 empresas de transporte por ônibus, que respondem por 81% do transporte público regular no estado do Rio.

Quando Cabral vence as eleições do estado, em 2007, a propina passou a R\$ 5 milhões anuais, pagos em parcelas de R\$ 420 mil e R\$ 380 mil aos deputados que passam a ser organizados diretamente por Picciani.

Segundo o MPF, “Picciani é imprescindível na organização criminosa, pelo expressivo poder político e influência sobre outros órgãos estaduais. As condutas de Picciani na Alerj incluíram a edição de atos normativos em troca de vantagem indevida e restrições ao funcionamento de CPIs”.

Deputados do Paraná aprovam censo estadual da pessoa autista

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou na última terça-feira (19) uma emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei nº 687/2017, de autoria do deputado Marcio Pacheco (PPL), que define a realização do censo quadrienal das pessoas com autismo no Paraná. Para o deputado a aprovação representa um grande avanço na luta das entidades e das famílias em favor dos direitos das pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O censo é considerado uma ferramenta muito importante para formular e acompanhar as políticas públicas de atendimento ao TEA. “Atualmente, não existe uma estatística oficial sobre o número de autistas no Brasil nem no Paraná. Com o estudo, será possível identificar esse público e nortear as políticas públicas de atendimento para quem sofre desse transtorno comportamental”, esclarece Pacheco.

Pacheco conta que a iniciativa do projeto de lei nasceu durante uma conversa em seu

gabinete com Rafael Sallet, que tem um filho autista. Na oportunidade, Sallet falou sobre a necessidade de criar uma lei estadual, estabelecendo um censo para identificar as pessoas com o TEA no Estado.

“Tudo o que usamos de estatísticas sobre o Transtorno do Espectro Autista é de fora do País. Portanto, os autistas são invisíveis e com a realização do censo vamos identificar, de fato, essa população de autistas. A partir daí, o Poder Público não poderá mais ignorar isso”, afirma Rafael, que mora em Curitiba e que acompanhou a votação na Alep.

O Programa será executado pela Secretaria Estadual de Saúde, sem onerar os cofres do Estado. O censo será usado para a criação de um cadastro, que deverá constar informações sobre as condições socioeconômicas das pessoas com TEA e seus familiares, bem como a localização e o grau em que transtorno se manifesta (leve, moderado ou grave) e até a escolaridade.



Segundo o deputado Márcio Pacheco “será possível nortear as políticas públicas para o atendimento ”



Para o MPF Picciani é imprescindível na organização criminosa que atua no Rio

MPs de Pernambuco e Rio Grande do Norte cobram a regularização da distribuição de gás de cozinha

Os Ministérios Públicos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte (MPPE e MPRN) cobraram a normalização da produção e distribuição do gás de cozinha - Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - nos estados.

Segundo os revendedores, nos últimos quatro anos, a produção na Refinaria Clara Camarão, que fornece o produto para grande parte do Nordeste, vem sendo reduzida. E, desde a greve dos caminhoneiros, o abastecimento ainda não foi totalmente restabelecido.

No Rio Grande do Norte, a normalização não tem data definida. Os proprietários de revendedoras de gás fizeram uma manifestação na terça-feira (19), para pedir a intervenção do Ministério Público Federal (MPF) e também do Governo do Estado na questão do gás. O ato iniciou no bairro de Lagoa Nova, zona sul de Natal, com 80 pessoas, e seguiu até a sede do Ministério Público do Estado, onde empresários se reuniram com o Procurador Geral da Justiça, Eudo Rodrigues Leite.

Segundo o presidente do sindicato das empresas revendedoras do estado, Francisco Correia, todos os municípios do estado estão com falta do gás. “Estamos à

beira de um colapso”, reforça. Correia afirma que a quantidade que atualmente chega ao estado só consegue abastecer metade da demanda. “Para se ter uma ideia, antes nós mandávamos mil botijões para a cidade de Canguaretama por semana. Agora nós mandamos 100”, destaca.

Correia defende que a Refinaria Clara Camarão, da Petrobras, que produz hoje 50% do GLP demandado pelo Rio Grande do Norte aumente a sua produção, utilizando sua capacidade já existente. Segundo o Singás, a produção começou a diminuir nos últimos quatro anos, até atingir os atuais 50%.

Os outros 50% são divididos entre o Ceará e Pernambuco. “Mas os navios que levam o gás a Fortaleza estão atrasando, e eles pararam de nos mandar. Em Pernambuco, o Ministério Público entrou com uma ação com relação ao desabastecimento deles, e o estado pernambucano também não está mais enviando o gás para o RN”, explica Correia.

Depois da reunião, o procurador-geral constituiu uma comissão de promotores de Justiça para apurar a falta do produto. Os manifestantes depois seguiram para a sede do Governo do Estado para alertar sobre o possível desabasteci-

mento de escolas e hospitais se a Refinaria Clara Camarão não aumentar a produção de GLP nos próximos dias.

PERNAMBUCO
O MPPE, em audiência realizada na última terça-feira (19), deu o prazo até dia 30 para que as distribuidoras de gás e a Petrobras regularizem o abastecimento em todos os municípios de Pernambuco. As cidades do interior que têm sofrido de maneira mais aguda com a falta do GLP serão terão prioridade no abastecimento.

Segundo informações técnicas fornecidas pelas cinco distribuidoras que atuam no Porto de Suape, o prazo do MPPE será cumprido, já que o bombeado de GLP para os tanques de armazenamento das empresas está sendo feita por dois dutos, e não apenas por um como era feito anteriormente.

O Secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Pedro Eurico, afirmou que “houve um aumento de 20 mil botijões por dia”, acrescentando que já eram envasados 75 mil botijões. De acordo com o secretário, o déficit do estado foi reduzido em 300 mil botijões, em relação à demanda de 1º de junho, mas existe “uma falta de quase 400 mil”.

Aneel autoriza aumento de 8,8% nas contas de luz da população de Brasília

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira (19) aumento de 8,88% nas tarifas de energia da Companhia Energética de Brasília (CEB).

Esse aumento foi dado como um reajuste extraordinário. Para os consumidores residenciais, atendidos em baixa tensão, o reajuste médio será de 8,88%. Já para os consumidores industriais, que usam a energia em alta tensão, a alta média será de 8,81%.

As tarifas das distribuidoras de energia do país passam por reajuste uma vez ao ano. Quando a Aneel acha justo elevar a margem de lucro das distribuidoras,

ela promove um reajuste extraordinário, ou seja, adicional àquele já previsto no ano, como é neste caso.

O reajuste regular da CEB está previsto para outubro. Portanto, além do aumento aprovado pela Aneel nesta terça, as contas de luz dos clientes da CEB terão nova alta em outubro.

De acordo com a Aneel, o reajuste extraordinário atendeu a um pedido da distribuidora e se deve a um desequilíbrio financeiro causado pelo gasto maior do que o previsto com a compra de energia. Porque é o consumidor que tem que arcar com este custo, nem a agência, nem a empresa explicam, mas é assim que

atuam desde que as primeiras distribuidoras foram privatizadas nos anos 1990.

A agência disse ainda que, se não fosse aplicado agora, esse aumento extraordinário ela o aplicaria somado àquele já programado para outubro e seria mais caro para o consumidor devido à incidência de juros.

Além do aumento em Brasília a agência também autorizou a elevação das tarifas de energia em Minas Gerais para a Energisa (MG).

Para os consumidores residenciais, o reajuste médio será de 11,21%. Já para os consumidores industriais, a alta média será de 15,44%. O aumento começa a valer em 22 de junho.

Fernando Pimentel privatiza estradas em Minas Gerais

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT) assinou, neste dia 20, o contrato de privatização de 363,95 quilômetros da malha rodoviária do estado. O petista, que tenta a reeleição, entregará para o grupo EcoRodovias os trechos da BR-135, da MG-231 e da LMG-754, que deverá cobrar R\$ 6,80 em cada uma das seis praça de pedágio.

A EcoRodovias é uma das maiores empresas da área de concessão, possuindo alguns dos trechos mais caros de pedágio no país. A companhia assumiu a Ponte Rio Niterói e as rodovias do Sistema Anchieta/Imigrantes, Ayrton Senna e Carvalho Pinto, em São Paulo; da BR 277, que liga Curitiba ao Porto de Para-

naguá (PR); e da BR 101, no trecho de 475,9 quilômetros que parte da Bahia e passa pelo Espírito Santo, indo até o Rio Janeiro.

O maior trecho da concessão é da BR-135. São 301,2 quilômetros, do entroncamento com a BR-040 (em Curvelo) até Montes Claros (Norte de Minas). Na MG-231, são 22,65 quilômetros, partindo do entroncamento com a LMG 754 (Cordisburgo) até o entroncamento com a BR-040. Na LMG-754, a extensão é de 40,1 quilômetros, entre a área urbana de Curvelo e o entroncamento com a MG-231 (em Cordisburgo).

A promessa da EcoRodovias é de investir R\$ 2,057 bilhões (valor do contrato) em obras de restauração do pavimento, conservação e ampliação da capacidade das estradas, com



Governador mineiro assina convênio para entrega de estradas

a maior parte (mais de 60%) dos investimentos devendo ser feitos durante os primeiros cinco anos de vigência do contrato de concessão.



Entrevista com maestro Marcus Vinicius:

CD ‘Canção Dentro do Pão’: a música como personagem da peça

No último dia 14, foi lançado no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, o CD com a trilha sonora da peça “Canção Dentro do Pão”, produzido pelo Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes de São Paulo (CPC-UMES). O HP entrevistou o maestro e compositor Marcus Vinicius, que, junto com Léo Nascimento, é autor das músicas da peça.

Como você vê a integração entre a trilha sonora e o roteiro?

Foi uma integração grande e ela se expressou no lançamento do CD com as músicas da peça, o entusiasmo dos presentes ao Cine-Teatro Denoy de Oliveira. O CD, com o encarte muito bem realizado, ficou como um belo registro do trabalho de músicos, atores, cenógrafos e da diretora, Bete Dorgan.

Eu confesso que me surpreendi com a declaração da diretora, Bete Dorgan, avaliando que as músicas que eu compus junto com o Léo Nascimento “se encaixam muito bem no roteiro e que a trilha interage como se fosse mais um personagem da peça”.

Fiquei especialmente feliz porque o trabalho da Bete é intensamente voltado para os atores e o fato dela ter destacado essa participação da música no conjunto do trabalho significa que atingimos o nosso objetivo.

Em outros trabalhos, quando estávamos diante de uma concepção épica, como no caso da peça **Turandot** – de autoria de Bertolt Brecht – e mesmo no trabalho com a obra de Vianinha, **Os Azeredo e os Benevides**, onde existiam elementos regionais fortes, a música tinha um aspecto de narração da história, de expressar o sentimento das pessoas que viviam aqueles dramas.

Estávamos diante de outro tipo de desafio. Neste caso, entendíamos que a música teria um papel de alinhar os diálogos, os momentos da peça. Além disso, estávamos diante de uma comédia, e vimos a música como integrante tanto do clima daquela Paris à véspera da Revolução, quanto do que a peça de Raimundo Magalhães representa, que faz do que há de melhor na nossa comédia de costumes, do nosso teatro de revista.

Um exemplo disso é a música ‘*Agora a coisa vai*’, uma livre adaptação da canção revolucionária, ‘*Ca Ira*’, com letra minha e música do Léo. Ela surge em vários momentos e de diversas formas dentro do andamento da peça.

Ao final da peça, você tomou a palavra para ressaltar não somente esta peça, mas o conjunto do trabalho realizado pelo CPC-UMES...

Olha, eu sinto que estamos dando sequência aos ideais que nortearam uma geração que viu uma trajetória de afirmação, de debate, de construção de uma nacionalidade bruscamente interrompida. Muitos de nós tomamos consciência dos desafios que a realidade nacional e mesmo mundial nos ofereciam fazendo teatro, assistindo ou mesmo montando cineclubes. A cultura teve um papel decisivo em nossa tomada de consciência e expressão dessa consciência nos trabalhos que foram sendo realizados por alguns dos melhores elementos dessa geração. O trabalho do CPC-UMES é a continuação desse plantio, é a materialização de muitos dos ideais dessa geração cuja produção procuramos e temos conseguido, em grande parte, resgatar.

Então existe um sentido amplo neste trabalho cultural?

Acredito plenamente. Isto fica ainda mais patente por que é realizado sob a iniciativa de uma entidade de estudantes secundaristas. Aliás, o presidente da UMES, Lucas Chen, que também saudou o lançamento do CD, lembrou uma afirmação muito importante do diretor do filme ‘**Anna Karenina – Uma história de Vronsky**’. Karen Shakhnazarov, que esteve aqui no Brasil, há poucos dias, para lançar seu filme, uma iniciativa também do CPC. O diretor de cinema russo, como bem lembrado pelo presidente da UMES, disse que “Se não alimentamos a nossa cultura, o povo perde sua alma”. E é isto, é com isso que estamos trabalhando, ao buscarmos o que alguns dos melhores elementos do nosso povo foram capazes de produzir e repercutirmos, são sementes de espiritualidade, do mais profundo do espírito nacional, daí a relação que Shakhnazarov ressaltou com a alma do povo.

E o desafio de tomar uma questão como a Revolução Francesa levando ao palco uma comédia?

De fato, um grande desafio. Mas tínhamos em mãos um excelente material, que foi o trabalho de Raimundo Magalhães Júnior. Ele partiu de uma das histórias de **Jacques le Fataliste**, de **Diderot**, para criar uma das mais importantes referências do teatro brasileiro. Isso em um momento também de grande efervescência nacional, no ano de 1953, em pleno segundo mandato de Getúlio Vargas. E um trabalho magnífico, que teve grande consagração popular e que trouxemos à cena agora em mais um momento de uma crise que exige mudanças que impõe desafios.

Falar em Liberdade, Igualdade e Fraternidade em uma peça que expõe ao ridículo os que buscam se aboletar nos banquetes de uma camada que desfruta do luxo em meio à miséria revoltante e rebelada é muito atual. Na peça, o arrivismo, o oportunismo, as tramóias sempre que possível, regamente remuneradas.

Tanto assim que é este o final da peça, quando dizemos, na embolada final, que fomos buscar nesse forró popular que é a expressão da enorme disposição para a confraternização e a festa que dela é capaz de brotar e que chamamos de ‘*Imbo-lée Finale*’, pois sabemos que é nessa afirmação que esta história vai desaguar:

*Agora a gente também quer entrar no jogo
Ir pro meio desse fogo, pois a vida é pra viver
Vive La France, todo mundo cante e dance
Ninguém pare, ninguém canse, anavantu, anarriê*

*Nesse cancan bota Voltaire e Molière
E Lumière e Baudelaire, que é pra todo mundo ver*

*Tá tudo bem, tout va bien nesse forró
Mas o melhor é Liberté, Egalité, Fraternité (...)*

NATHANIEL BRAIA



Anfitriã Rússia e Uruguai já classificados às oitavas

A segunda rodada da fase de grupos da Copa teve início com mais uma vitória da seleção anfitriã Rússia. A vítima da vez foi a seleção do Egito, que tomou três tentos, um gol contra do capitão egípcio, Fathi, um do meia Cherisev e o outro do atacante Dzyuba.

O meio-campista egípcio Salah, cujo nome em árabe quer dizer ‘oração’, não conseguiu fazer milagre. Apontado como um dos possíveis craques desta Copa por muitos especialistas e comentaristas de futebol, Salah, recuperado de uma lesão no ombro, fez apenas um gol, de pênalti.

Com a vitória do Uruguai sobre a Arábia Saudita na quarta-feira, 20, a Rússia e o Uruguai estão matematicamente classificados para as oitava de final da Copa. Falta agora saber quem irá acabar na primeira colocação do grupo A. Será a Rússia, que vem causando espanto ao espectador, por ser seleção com mais gols marcados até o momento nesta Copa (são 8, em dois jogos), ou o Uruguai, que teve uma vitória magríssima, com apenas um gol, do atacante Luis Suárez, contra a Arábia Saudita?

Com uma vitória magra contra a seleção de Marrocos, a seleção de Portugal garantiu 3 pontos para disputar uma das duas vagas do grupo B, nas oitavas de final. O atacante Cristiano Ronaldo, que até o momento tem sido o único a cumprir os deveres de sua posição, isto é, colocar a bola na rede (são 4 tentos, o que lhe põem na artilharia do campeonato) fez o único gol da partida, logo aos 4 minutos do primeiro tempo. Com a derrota Marrocos está fora da Copa do Mundo de 2018.

Espanha e Irã, para aqueles que achavam que este jogo seria fácil para Seleção Espanhola, erraram e feio! Uma parede se ergueu à frente das quatro traves do Irã, e quando os torpedos espanhóis ultrapassavam a barreira iraniana, lá estava o goleiro Beiranvand, para defendê-los e sair bem na foto. A seleção espanhola finalizou bastante, foram 17 tentativas, mas parecia que os espanhóis não conseguiriam furar a barreira iraniana. Entretanto numa jogada de sorte, o atacante da Espanha, Diego Costa, ao conduzir a bola em uma virada de corpo, fez com que a redonda batesse no lateral Rezaeian do Ira, e retornasse para canela de Diego Costa, e desta rebatida, a bola acabou o fundo do gol de Beiranvand.

Como gol de canela vale, restou ao Irã buscar o empate. A seleção iraniana até marcou um gol com Ezatollahi, porém o árbitro de vídeo (VAR) entrou em ação, marcando lance de impedimento do volante.

Quem irá passar próxima fase no grupo B? Espanha joga contra Marrocos na última rodada do grupo. E o caminho parece ser mais tranqüilo para os espanhóis, claro né, se o mau humor dos já desclassificados marroquinos, não colocar nenhuma pedra neste caminho. Já os portugueses devem rezar para Cristiano Ronaldo não acordar com indisposição, pois o jogo contra o Irã (ainda na briga por uma vaga) não será nada fácil.

Neymar 100% para jogo com Costa Rica

A Seleção Brasileira treinou na tarde desta quarta-feira (20) no estádio Slava Metreveli, no centro de treinamento em Sochi, na Rússia. Com o grupo completo em campo, o técnico Tite aprimorou a troca rápida de passes e a marcação sob pressão. A equipe se prepara para jogar contra a Costa Rica nesta sexta-feira, às 9 da manhã (horário de Brasília).

– Fizemos um aquecimento rápido, com ativação. Tínhamos um sol bem parecido com o que teremos no jogo. Corrigimos algumas coisas, mas focamos no nosso estilo de jogo. A parte principal do treino foi um trabalho em meio campo, dois times, um gol apenas. Trabalho com componentes táticos e técnicos, onde se trabalha o posicionamento, explicou o auxiliar-técnico Sylvinho.

Após aparecer mancando nos últimos dias, Neymar treinou normalmente durante toda a atividade para alívio da torcida, que espera melhor desempenho da Seleção do que o apresentado na partida contra a Suíça, na estreia do Brasil.

Em Sochi, a delegação ficará hospedada no Corinthia Hotel São Petersburgo. Na quinta-feira (21), acontece o último treino antes da partida.



Homens que humilharam russa já começam a pagam por crime

Os homens que gravaram dois vídeos humilhando e ofendendo uma mulher russa, durante a Copa do Mundo estão sendo acusados por violência e humilhação à honra e dignidade, e podem responder por crime na Rússia. A ação está sendo movida por uma jurista russa Alyona Popova, que fez a denúncia.

A atitude dos homens também repercutiu em várias partes do Brasil e os identificados já estão sofrendo as consequências. Um deles, Felipe Wilson, que era supervisor de aeroportos, foi demitido da Latam Airlines Brasil nesta quarta-feira.

Mas o pior é o perfil de outros deles, como Luciano Gil Mendes Coelho, natural da cidade de Picos, no Piauí. O cidadão já foi preso pela Polícia Federal em 2015, em uma operação conjunta da Polícia Federal com a Controladoria Geral da União, por participação em esquemas de desvio de dinheiro público na prefeitura de Araripina (PI), onde atuava como engenheiro civil para o órgão público. Luciano também foi secretário de Saúde e também de Educação do Estado do Piauí, sempre fazendo parte do mesmo grupo envolvido em esquemas de corrupção.

Outro deles é o advogado Diego Valença Jatobá, ex-secretário de Turismo de Ipojuca (PE), que também poderá ser punido. A OAB, seccional Pernambuco, divulgou uma nota repúdio contra a conduta do advogado. Se a instituição entender que ele desrespeitou, de alguma forma, a Constituição Federal, as sanções podem ir de advertência à censura ou expulsão.

‘Sem o frete mínimo não haverá acordo’, afirmam caminhoneiros



Ministro Luiz Fux se reuniu com dirigentes da categoria nesta quarta-feira



Manifestação realizada em Belo Horizonte nesta terça-feira, dia 19

Professores ocupam ruas de BH contra política de Pimentel de ‘parcelar parcelas’ dos salários

Devido ao “parcelamento de parcelas” dos salários, os professores das escolas estaduais de Minas Gerais, em greve desde o dia 11, tomaram o centro de Belo Horizonte na terça-feira (19).

O governador do estado, Fernando Pimentel (PT), definiu, em 2016, o parcelamento do salário de todos os servidores em três vezes, sendo a primeira, de R\$ 3000,00, prevista para o quinto dia útil de cada mês.

Em junho, porém, foi diferente. Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), 47% dos servidores receberam a primeira parcela dos vencimentos no dia 13 de junho, como era previsto. O restante não recebeu nada no dia 13, apenas na sexta-feira, 15, quando o governo depositou R\$ 1.500,00 na conta dos servidores ativos.

Entre os que foram mais prejudicados estão os trabalhadores da educação. Portanto, a categoria deci-

diu por entrar em greve até que o pagamento integral da primeira parcela ocorra. Segundo a Secretaria do Estado de Educação (SEE), na segunda-feira (18), pelo menos 847 instituições aderiram à greve. Na terça-feira (19), os professores e demais trabalhadores organizaram uma manifestação no centro de Belo Horizonte, denunciando o descaso do governo com os educadores.

Na manifestação, o diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG), Paulo Henrique Fonseca, explicou o motivo pelo qual os professores se manifestavam: “Vimos mais uma vez denunciar os atrasos e o parcelamento de salários. Fomos surpreendidos este mês com um reparcelamento da primeira parcela e o atraso maior dos pagamentos da educação em relação às outras categorias”. A manifestação tinha como principal pala-

vra de ordem a frase “sem salário, sem trabalho”.

No começo do ano, os trabalhadores da educação já haviam realizado uma greve pelo pagamento do Piso Salarial Nacional para a categoria, que durou 43 dias.

Com a justificativa de que não quer mais atrasar salários e dever para os servidores públicos, Pimentel virou-se aos bancos internacionais para pedir um empréstimo de R\$ 2 bilhões. O petista pretende adquirir a verba por meio da Minas Gerais Participações (MGI) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) para desviar da lei que impede o governo de antecipar receita no fim de mandato. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) esteve analisando o caso na quarta-feira (20), mas até o fechamento desta edição, nenhuma decisão foi tomada.

Servidores das universidades federais de Goiás entram em greve por reajuste salarial e data-base

Os trabalhadores técnico-administrativos em educação das universidades e institutos federais de educação superior de Goiás paralisaram as suas atividades por reajuste salarial, revogação da Emenda Constitucional nº 95, que congela investimentos públicos por 20 anos e o direito à negociação coletiva e data-base da categoria.

Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Federal de Goiás (IFG) e Instituto Federal Goiano (IFGOIANO) aderiram ao movimento, que foi convocado pela Fasubra (Federação de Sindicatos dos Trabalhadores

Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Brasileiras), que paralisou institutos nos dias 19 e 20.

O coordenador de administração e finanças do Sindicato dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (Sint-Ifesgo), João Pires, explica que “desde fevereiro, tivemos três encontros no Ministério do Planejamento, mas não temos nenhuma perspectiva de atendimento das reivindicações. Enquanto isso, a inflação vem corroendo nossos rendimentos, que já estão há dois anos sem reajuste”.

Dentre as reivindicações estão a do direito à negociação coletiva e data-base, porque o Supremo Tribunal Federal (STF) estuda um processo sobre o assunto. Segundo João, o julgamento favorável no STF é fundamental para a categoria. “Isso eliminaria a ocorrência de greve por falta de reajuste, além de desfazer a necessidade de paralisação apenas para abrir negociação com o governo, porque garante a reposição salarial com base na inflação. É um ponto importantíssimo para nós”, explica o sindicalista.

Trabalhadores terceirizados da Refinaria de Cubatão da Petrobrás protestam contra falta de pagamento

Os trabalhadores das refinarias Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, e do Terminal da Alemoa, em Santos, realizaram uma paralisação, durante a manhã da última terça-feira, por falta de pagamentos à parte de terceirizados.

Cerca de 350 profissio-

nais terceirizados, con-

tratados para realizar uma atividade de manutenção na refinaria de Cubatão, após 40 dias de trabalho realizados, ainda não receberam seus salários. Os trabalhadores reivindicam, portan-

to, que os 350 recebam

seus salários sem maiores

confusões.

A Petrobrás, em nota, diz que os salários dos funcionários devem ser pagos pela empresa terceirizada, abrindo mão da responsabilidade como empresa principal na contratação de serviços.

Retirar tabela do frete mínimo será romper com acordo que possibilitou o fim da greve

Os líderes caminhoneiros reafirmaram nesta quarta-feira, 20, em audiência com o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que não há negociação sem que seja definido um preço mínimo do frete.

A criação da tabela de preço mínimo do frete foi uma das reivindicações inseridas no acordo entre caminhoneiros e governo que redundou no fim da greve da categoria em maio. A medida foi definida em forma de lei, a través da publicação da MP 832/2018, que definiu a criação da Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas e regulamentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Desde então, vem ocorrendo uma série de tentativas, principalmente do setor do agronegócio, de passar por cima do acordo, através de ações na Justiça com o objetivo de impedir a criação de qualquer tabela para o frete dos caminhoneiros.

“Demonstramos na reunião a necessidade de fixação de um preço mínimo de frete. A partir daí, pode haver livre negociação sem problema. Hoje está claro para toda parte empresarial, para o governo e na opinião pública que existe uma distorção muito grande na contratação de serviço de frete através de caminhoneiros, que reivindicam uma tabela. Queremos piso mínimo por questão de sobrevivência”, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno, que esteve na audiência com Fux, junto com outros dirigentes como o presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral de São Paulo (Fetrabens), Norival de Almeida Silva, e o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) de Ijuí, Carlos Alberto Litti Dahmer.

Na audiência, os caminhoneiros rebateram as propostas apresentadas por empresários de se definir um “preço de referência”, que não teria obrigação de ser cumprida. “Não concor-

damos com tabela de referência”, ressaltou Diumar.

Após ouvir os caminhoneiros autônomos e empresários, o ministro Luiz Fux decidiu por manter a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos e todas as liminares em tramitação nas diversas instâncias da Justiça brasileira que questionem a MP do Frete (MP 832) e a resolução da ANTT. O ministro deu também um prazo de uma semana para que se formalize novo acordo sobre o frete e marcou nova reunião para o próximo dia 28.

Segundo o Ministro Fux, “vamos tentar entrar em uma solução consensual para tentar evitar que o país paralise a sua economia, tal como ocorreu”, disse se referindo à greve dos caminhoneiros ocorrida no mês passado, e que apenas foi interrompida por conta da edição da MP 832 junto à redução do preço do óleo diesel. Caso a reunião da próxima semana não atinja uma conclusão sobre o frete, uma nova audiência pública está pré-marcada para 27 de agosto.

Ainda na semana passada a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu no STF a validade da resolução que tabelou os preços mínimos de fretes para o transporte rodoviário. De acordo com a AGU, a fixação do preço mínimo do frete tenta garantir um valor adequado para a prestação do serviço, compatível com os custos incorridos no transporte rodoviário de carga e evitando que sejam abusivos.

A AGU ainda acrescenta que o mercado de transporte rodoviário apresenta “descasamento” entre a oferta e demanda, fato que torna os preços subestimados, ou seja, abaixo do custo – mesmo porque as grandes transportadoras têm seus próprios serviços de frete e não contratam caminhoneiros autônomos. Por isso a edição da MP foi concluída “diante dessa peculiaridade no mercado do setor de transporte rodoviário de cargas e do amadurecimento das discussões da medida no âmbito do Congresso Nacional e de órgãos do Poder Executivo e da respectiva Agência Reguladora”, diz a AGU.

STF julga na próxima semana ações contra reforma trabalhista

No dia 28 de junho, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deverão julgar a constitucionalidade das alterações promovidas pela reforma Trabalhista, tais como acesso gratuito à Justiça, fim do imposto sindical e trabalho intermitente.

Vista como uma das principais medidas de ataque aos direitos do trabalhador, a reforma de Temer começou a vigorar em novembro de 2017. A maioria dos sindicatos, federações de trabalhadores e demais movimentos sociais se posicionaram contra as alterações na legislação trabalhista.

Este foi o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC). A entidade entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra trabalho intermitente. Esta é a forma de trabalho onde não há previsão de tempo de trabalho no contrato, ou seja, o patrão convocará o trabalhador somente quando achar necessário, pagando-o sem nenhuma regularidade, portanto.

Para a CNTC, o trabalho intermitente é uma forma de “precarização do emprego” e contraria o artigo 4º da Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), conforme o qual “considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens”.

A entidade responde também às informações veiculadas pelo governo e pela mídia de que a “nova modalidade” está gerando emprego: “Alguns veículos de informação divulgaram que houve um aumento no número de contratações. Seria isso um suspiro em meio à crise do desemprego que tem assolado as famílias brasileiras? A resposta é clara NÃO!!! Uma vez que essas contratações são no setor informal, ou seja, sem assinar a carteira de trabalho”. Para a entidade, esse tipo de contrato “no mínimo resulta na incerteza do valor a ser recebido ao final do mês”.

Atualmente são 26 ADIs sobre alterações promovidas pela reforma trabalhista que circulam no STF. Suas pautas são: trabalho intermitente, obrigatoriedade do imposto sindical, acesso à justiça gratuita, indenização por dano moral e atividade de gestantes e lactantes. Porém, somente os dois primeiros assuntos serão discutidos no dia 28.

O progressismo fecha os olhos no Uruguai

ERNESTO HERRERA*

"Mujica não é somente o 'herói da mais exitosa operação midiático-ética que se tenha registro nessas terras'; mas o 'presidente com que a direita uruguaia nunca se atreveu a sonhar'. É o que a professora Alma Bolon já havia apontado, lucidamente", assinala Ernesto Herrera em artigo intitulado Uruguai: o progressismo fecha os olhos, realizando uma radiografia político-econômico-social do país vizinho, do qual publicamos os melhores trechos.

"Tempos depois destas lapidares afirmações, um índice do Instituto Fraser com apoio do Centro de Estudos para o Desenvolvimento, um *think tank* de corte liberal, certificava que a aceitação do antigo guerrilheiro às 'regras do mercado' é absolutamente sincera: durante sua presidência (2010-2015), o país conseguiu o 'maior grau de liberdade econômica'.

"As consequências desta espantosa metamorfose da 'esquerda histórica' são marcantes. Enterram princípios. Borram antagonismos entre pobres e ricos. Domesticam consciências. Não há classes irreconciliáveis. A 'cultura operária' cede lugar ao 'status de classe média'. A luta de classes se torna um jogo de intercâmbios negociados ou de 'contrapartidas combinadas'. As percepções socioculturais se confundem. Até as mais elementares.

"Durante a presidência de Mujica foi aprofundado o 'Estado punitivo'. Aumentaram os tempos de 'privação da liberdade' para adolescentes. A maioria de mortos e feridos neste 'combate ao crime' tem menos de 35 anos. A taxa proporcional de população encarcerada mais alta da América Latina, 62% dos 12 mil presos e presas, têm menos de 29 anos. A quantidade de 'população feminina reclusa' aumentou 583% em uma década.

"A pobreza já não tem raízes socioeconômicas, mas é tratada como um problema 'pessoal e privado' quando não em consequência de um processo de 'lumpenização' e 'favelização'.

"Os governos da Frente Ampla aceleraram a contrarrevolução agrária. Os proprietários do agronegócio a definem como uma 'revolução surpreendente'. Editores liberais são mais pujantes em seu juízo. O governo de Mujica 'será lembrado por não haver concretizado os desastres que os tupamaros propunham há quatro décadas (...). Não há reforma agrária (salvo a que foi desenvolvida com inquestionável êxito por empresários brasileiros no campo uruguaio), a banca privada é toda estrangeira, as relações com o FMI são excelentes, as multinacionais e o capital estrangeiro não só são bem-vindos, mas convocados com desespero pela liderança tupamara (...) e a 'estrangeirização da terra' se expandiu como poucas vezes na história do Uruguai durante os governos da Frente Ampla"*.

"Memória: Mujica exerceu o cargo de Ministro de Agricultura, Pecuária e Pesca (2010-2014) durante o primeiro mandato de Vázquez.

"Mais de uma década depois daquela 'reviravolta política' que prometia, segundo Tabaré Vázquez, um 'caminho de transformações' que faria 'tremear as raízes das árvores' o resultado é, quando muito, avaro. Inclusive a partir de uma perspectiva 'reformista'.

"As pautas do programa econômico, certificado pelas Instituições Financeiras Internacionais em junho de 2015, na cidade de Washington, estão vigentes. As ataduras às condições que impõem a 'mundialização' capitalista, também. A fraudulenta dívida externa é paga pontualmente. Ao final, o progressismo resultou um 'caminho possível'... na mesma direção.

"Portanto, é um exagero falar de dois 'ciclos' ou de duas 'eras'. Neoliberalismo e pós-neoliberalismo' convergem na mesma lógica. A 'matriz' foi projetada pelos governos de coalizão entre colorados e blancos na 'década perdida de 90' e assim continua. Os pilares são os mesmos. Lei Florestal; Lei de Investimentos; Lei de Zonas Francas; Sistema de Administradoras de Fundos de Pensão (Afpap); Lei de Portos.

"O 'ciclo progressista' consistiu, justamente, em mais continuidade. Desregulação financeira; desnacionalização da produção e do comércio de produtos exportáveis: soja, carne, arroz, trigo, laticios; concentração e estrangeirização da terra; multiplicação do regime de zonas francas; exonerações tributárias às multinacionais de celulose e mineradoras; privatizações e subcontratações. Os sucessivos governos da Frente Ampla ainda agregaram: Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), primeiro mandato de Vázquez; lei de Participação Público-Privada (PPP) e Lei de Inclusão Financeira, mandato de Mujica; privatização-terceirização de áreas e serviços do Banco da República, 2º mandato de Vázquez.

"A agenda econômica não contemplou, em nenhum momento, uma real distribuição da riqueza. Em todo caso, o progressismo se beneficiou do parêntesis que abriu a 'bonança' das commodities (entre 2004 e 2010), para 'ocultar o conflito distributivo' e gerar recursos de investimento público e financiamento do processo assistencialista das políticas sociais. Ainda que o montante destinado a essas políticas nunca tenha alcançado 0,4% do PIB nacional.

"A crise de 2001-2003 foi um ponto de inflexão. As demandas baixaram ao chão. O desastroso quadro socioeconômico se rebaixou para a 'expectativa de inflação'. Era preciso 'recuperar' condições de vida suportáveis. Mais de 150 mil trabalhadores haviam perdido o emprego no setor privado; o salário sofreu uma queda de 20%; a pobreza e a indigência somavam 39%.

"Em tal sentido, o progressismo se encarregou da 'herança maldita' semeada pela 'crise do neoliberalismo'; recompôs em parte o 'tecido social', reduziu índices de 'pobreza recente' e, fundamentalmente, restaurou a 'normalização' sistêmica.

"As conclusões que resultam destes 13 anos de progressismo no Uruguai coincidem com as realizadas por Decio Machado e Raul Zibechi em torno dos chamados 'governos nacionais e populares' ou 'pós-neoliberais' do 'ciclo progressista' que a América do Sul viveu. "O que entrou em crise foi um projeto que buscou administrar o capitalismo realmente existente, ou seja, extrativo – mas com bons modelos"***. Por isso, em nenhum desses governos houve algo nem remotamente parecido com um 'processo revolucionário'. Adequa-se melhor ao contrário.

"São os milhares de 'quadros políticos' e sindicalistas que se reciclaram como 'gestores/administradores' do aparato de Estado. Para empurrar 'mais à esquerda'. Seguem com os rabos presos em seus 'cargos de confiança política'. Faz tempo que abandonaram as teses de disputa. Seus principais instigadores, o Movimento de Participação Popular (MPP) e o PC, as tiraram do dicionário. Defendem sua cota de poder na 'nova elite governante'. Exercendo o clientelismo, comprando ONGs, traficando influências, usando dinheiro público".

*Ernesto Herrera é jornalista uruguaio, editor e correspondente internacional do noticiário francês L'Encontre – onde o texto foi publicado em espanhol, traduzido por Raphael Sanz, para o Correio da Cidadania.

** "Agro. La revolución sorprendente", Rosanna Dellazoppa, Fin de Siglo, Montevideo, 2014.

***"Cambiar el mundo desde arriba. Los límites del progresismo". Decio Machado y Raúl Zibechi, Ediciones desde abajo, Bogotá, 2016.

“Assange expôs ataque dos EUA às leis internacionais”, afirma Pilger



Pilger discursa diante da embaixada australiana na capital da Nova Zelândia

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (10)

Continuação da página 8

Há vários matizes com que se apresenta esse profundo raciocínio filosófico. Aqui, levamos sua lógica até às últimas consequências. Certamente, os que não levam até aí a sua argumentação, é porque percebem que a sociedade, mesmo a atual, não corresponde à sua premissa: a de que todos são corruptos no capitalismo, o que não é verdade nem entre os capitalistas.

Mas há duas coisas muito interessantes nesse despudor.

A primeira é que, se considerássemos que a corrupção é intrínseca ao capitalismo, essa seria uma suprema razão para combatê-la, para punir os corruptos. Não para desistir de combatê-la ou aderir à corrupção.

Como teríamos uma outra sociedade, em que seria possível acabar com a corrupção, se, na atual sociedade, preferimos nos conformar com ela – e até aderir a ela?

Eis uma questão análo-

ga à do histórico debate sobre a luta pelas liberdades democráticas: como seria possível, no futuro, sobre outra base econômica, edificar uma democracia **real**, se hoje desistimos de lutar pela democracia nos marcos da sociedade que existe atualmente?

É óbvio que isso faria impossível – exceto por milagre – essa sociedade futura.

Abordando a mesma questão do ponto de vista subjetivo (ou seja, sob o ângulo dos **sujeitos** envolvidos): nunca se ouviu falar que o conformismo – a submissão, o servilismo – fosse uma ideologia revolucionária ou progressista. Bajular o status quo não é a melhor forma de mudá-lo...

A segunda coisa interessante nessa “argumentação”, é que esses atuais apologistas da normalidade da corrupção, são os mesmos que, durante mais de duas décadas – da reforma partidária de Golbery até a primeira posse de Lula –, mantiveram uma

posição lacerdista, voltada, fundamentalmente, primeiro, contra os que se opunham à ditadura; depois, contra os que resistiam, ainda que de modo não completamente consciente, à instalação do neoliberalismo no Brasil.

Não queríamos lembrar disso, mas... não foi a “direita” que solicitou, com base nas declarações de um assassino, de um uxoricida, a famosa CPI do Orçamento – que livrou Pedro Parente e Geddel, mas cassou Ibsen Pinheiro e outros, fazendo a terraplenagem para que Fernando Henrique e os tucanos passassem pela estrada.

E esse é apenas **um** episódio do neo-lacerdismo.

Vejamos, então, sob outro ângulo, o do Direito e das ações dos profissionais do Direito, o papel da ética – da ética *burguesa*, da ética *capitalista*, para usar uma expressão de Max Weber – no mundo atual, sobretudo no Brasil atual.

Continua na próxima edição



Os presos Villalba, Quintana, Olmedo e Castro recebem visita solidária

Paraguaios exigem justiça e reforma agrária nos seis anos da carnificina de Curuguaty (II)

Continuação da edição anterior

Representando o movimento de solidariedade aos camponeses de Curuguaty, a ex-presa política Guillermina Kanonnikoff relacionou as dezenas de ativistas que se somaram aos familiares das vítimas, colaboradores que têm se dedicado a manter viva a luta. Luta que se materializa. Trata-se, por exemplo, de construir uma escola, garantir salário para os professores e merenda para as crianças. Trata-se de ocupar um espaço, em frente ao Palácio de (in)Justiça, mantendo acessa a chama da denuncia na Barraca da Resistência, que subsiste há 24 meses.

Demonstrando que “não há limite para o cansaço quando se luta, coletivamente, pela construção do futuro”, Guillermina citou as significativas presenças do senhor Humberto Ortega, a quem assassinaram o único filho; dos Castro, a quem mataram um filho e prenderam outros dois. Lembrou do irmão do jornalista Pablo Medina, executado após ter documentado com uma foto panorâmica a invasão policial, comprovando que os camponeses não realizaram “emboscada” alguma; “entre as muitas famílias aqui presentes, que somam órfãos e dor”. “Acima de tudo, são gente que nos ensina como se constroem os sonhos”, assinalou

Guillermina, que junto a seu companheiro Raul é referência de dignidade e vozes firmes contra a ausência de Estado.

Em sua intervenção, o escritor Hugo Pereira condenou “a extrema violência movida pelo extrativismo armado contra indígenas e camponeses, acusados de subversivos e terroristas para que a riqueza continue concentrada em poucas mãos, para que a estrangeirização, que já atinge 20% das terras paraguaias, continue avançando”. “E uma lógica de criminalização, a mesma usada contra os sem-terra no Brasil pela União Democrática Ruralista (UDR)”, assinalou.

A lógica do lucro fácil faz com que 94% da produção nacional de alimentos estejam reservados à exportação, encarecendo e empobrecendo a dieta da população paraguaia, também vítima pela superexploração da sua mão de obra. Assim, pelos próprios levantamentos oficiais, a pobreza atinge um entre cada três paraguaios, com a pobreza extrema localizada no campo, que concentra 40% da população. Dos 2.169.792 habitantes da área rural, 1.044.509 (39,72%) são pobres, e dos 387.242 seres humanos oficialmente mergulhados na extrema pobreza, 320.069 (12,17%) estão no campo.

Na missa realizada no prédio de Tacumbú, o Pai Oliva, referência da Igreja e do movimento de solidariedade, reiterou que após uma condenação confirmada por diferentes instâncias da Justiça, o povo paraguaio está agora à espera da cassação, uma vez que está demonstrado que “o julgamento seguiu uma cartilha escrita desde fora”. “Tudo isso se confirma pelo uso que lhe deram: desbançar a um governo legal e legitimamente constituído. E faz pensar que o massacre foi criado, ou ao menos usado, para um objetivo político”, declarou.

No começo da noite, manifestantes marcharam pelo centro de Assunção até a Praça da Democracia para exigir “reforma agrária, urgente e necessária” e a libertação dos camponeses de Curuguaty. Coordenador do Congresso Democrático do Povo, Ermo Rodriguez destacou a determinação de “derrotar a narcopolítica e conquistar um novo Paraguai, sem presos políticos, sem corrupção nem usurpação de terras”. E colocando mais uma vez sua bela voz em defesa dos que lutam, Ricardo Flecha embalou os presentes para que se somem, para vencer e avançar.

LEONARDO E MONICA SEVERO

Em ato pela liberdade de Julian Assange, o cineasta John Pilger denunciou que lhe é negada a liberdade porque se dedicou a “nos revelar como funciona a criminalidade imperial”

“Em toda a minha vida, nenhum jornalismo investigativo pode se igualar à importância do que o WikiLeaks fez ao convocar o poder para prestar contas. E como se a moral unilateral do imperialismo das democracias liberais tivesse sido revelada: o compromisso total com a guerra sem fim”, afirmou o jornalista e documentarista australiano, John Pilger, que participou de um ato para exigir a intervenção do governo australiano em favor do fundador do site, Julian Assange, que está preso em Londres.

“E por isso que Assange está em perigo mortal”, denunciou, durante o protesto, realizado, na terça-feira (19), diante da embaixada australiana da Nova Zelândia, em Wellington, capital do país.

Durante a abertura da atividade, as lideranças e manifestantes presentes denunciaram as violações do governo inglês contra o direito internacional, ao não permitir o trânsito de Assange da embaixada equatoriana para fora do país. Conjuntamente, expuseram que a perseguição perpetrada pelo governo inglês a Assange tem por motivação o acobertamento dos crimes dos EUA. Os ativistas e líderes presentes repudiaram as tentativas de extraditá-lo para território estadunidense, onde, mesmo sem ser cidadão norte-americano, pode ser julgado e punido por ‘traição’, e dessa forma, condenado até mesmo à morte, quando a acusação que pesa contra ele é a de haver divulgado ao mundo, em documentos autênticos publicados por seu site, os crimes dos EUA.

Em seu discurso, Pilger, que no início de junho lançou uma campanha mundial pela liberdade de Assange e participou recentemente de ato ao lado do mais famoso dos integrantes da banda Pink Floyd, Roger Waters, afirmou que a “perseguição deve terminar” sob o risco de resultar “em tragédia”, conforme relatos do próprio pai de Assange em carta destinada ao primeiro-ministro australiano, e que Assange deve ser solto pois “o que ele fez foi expor os ataques de governos norte-americanos às leis internacionais”.

Para o documentarista, o governo de seu país, encabeçado pelo primeiro-ministro Malcolm Turnbull, têm em mãos uma encruzilhada histórica: “agir em favor da justiça e da humanidade, trazendo esse notável cidadão australiano para casa”, ou “permanecer em silêncio”, o que resultará no julgamento “implacável” da “história”.

“Nós sabemos com base no caso de Chelsea Manning o que ele pode esperar se um mandato de extradição dos EUA for bem-sucedido”. A essa possibilidade, “um relator especial da ONU chamou de tortura”.

“Eu conheço bem Julian Assange. Observei um tsunami de mentiras e difamações engolfando-o, infinita, vingativa e perfidamente. Eu sei porque eles o caluniam”.

Para contrastar os feitos de Assange, a ordem ideológica, econômica e política defendida pela mídia em geral, Pilger

recordou de uma reportagem feita pela rede de TV australiana ABC, onde a jornalista Sarah Ferguson entrevistou uma notória envolvida nos crimes denunciados por Assange, a então Secretaria de Estado, Hillary Clinton, a quem a jornalista definiu como “o ícone de sua geração”.

Nesse sentido, o documentarista apontou que foi Hillary quem não só “ameaçou ‘obliterar totalmente’ o Irã” em 2011, como “esteve entre os instigadores da invasão e destruição da Líbia”, uma guerra que assim como invasão do Iraque, “foi baseada em mentiras”.

“Quando o presidente líbio foi assassinado publicamente, Clinton foi filmada gritando e aplaudindo. Graças principalmente a ela, a Líbia se tornou um terreno fértil para os terroristas. Graças principalmente a ela, dezenas de milhares de refugiados arriscam suas vidas na travessia do Mediterrâneo”. Por outro lado, nada foi dito na entrevista sobre os milhões de dólares recebidos por Hillary, da Arábia Saudita e Catar, notórios apoiadores dos bandos que barbarizam a anos por grande parte do território sírio. Ou mesmo sobre sua participação na venda de US\$ 80 bilhões em armas à Arábia Saudita, que hoje opera um genocídio no Iêmen.

Ao invés de tratar desses escândalos, a jornalista “pediu que ela descrevesse o ‘dano pessoal’” que Julian Assange causou, ao que Hillary respondeu: “ele é uma ferramenta da inteligência russa”. Em meio a suas afirmações, Hillary não ofereceu nenhuma prova, a jornalista também não achou que provas eram necessárias, e a Assange não foi oferecido o direito de resposta.

Da mesma forma, o jornal The Guardian, “dirige seus ataques pessoais e covardes a um homem de cujo trabalho já havia se beneficiado”.

“Julian Assange não cometeu nenhum crime. Ele nunca foi acusado por nenhum crime. O episódio sueco foi falso e ridículo, e ele foi inocentado”. Para Pilger, “as alegações contra Assange são uma cortina de fumaça” utilizada por vários governos “para reprimir o WikiLeaks”.

“O WikiLeaks nos permitiu vislumbrar como funciona a jogatina imperial do século XXI”, acrescentando que “as tropas de choque desse império são os integrantes da mídia alista – aqueles que deveriam fornecer as informações diretas e nos contar a verdade. A ironia é que ninguém obrigou estes jornalistas a fazer o que fazem. Eu os chamo de jornalistas Vichy, similares aos governo de Vichy que serviu e colaborou com a ocupação alemã da França.

Ele denunciou também o atual governo equatoriano de Lenin Moreno por cortar o acesso de Assange à Internet e a outras formas de comunicação e por tentar negociar a entrega de Assange ao governo dos Estados Unidos.

Após a abertura, a manifestação seguiu da embaixada australiana para as embaixadas inglesa e norte-americana.

GABRIEL CRUZ

Poste indicado por Uribe é eleito com 28% do eleitorado colombiano

Com uma abstenção de 47,2% dos eleitores, mais 5,5% entre nulos e brancos, foi eleito Ivan Duque, o indicado do ex-presidente Álvaro Uribe, que manteve a Colômbia fracionada por uma guerra de guerrilhas que já durava 53 anos. Duque chegou a perto de 54% dos votos (ou seja, com apoio de pouco mais de 28%, dos eleitores).

A campanha de Duque foi de ameaças ao acordo de paz que levará as Farc a depor armas e tornar-se uma corrente política. Um acordo patrocinado pelo presidente Santos.

Apoiadores de Duque brandiram o espantallo da crise venezuelana, dizendo que o candidato Petro (que obteve pouco mais de 46% dos votos válidos) traria resultados equivalentes.

É verdade que Petro chegou mais perto que candidaturas anteriores contra o campo direitista mas, muito provavelmente pela dificuldade em defender tanto a conquista

da paz com as Farc como em responder à comparação de sua vertente com o desastre do governo Maduro, no país vizinho, não conseguiu vencer.

Petro limitou-se, durante a campanha, a dizer que “não faria um governo ditatorial como o da Venezuela”, vacilando em se afastar da nefasta destruição da economia por Maduro. Duque mostrou o que vai fazer com o dinheiro público que Colômbia: reduzir impostos aos empresários para atrair “investimentos externos”, em outras palavras, aprofundar a desnacionalização.

A relação entre as propostas de Duque e as que levaram ao atoleiro macrista na Argentina não foram mostradas por Petro. Agora, o que se pode dizer de um governo que promete medidas antipopulares e que Obteve exigiu apoio, é que quando Macrista saída Duque pela “vitória” poderia perfeitamente acrescentar: “Eu sou você amanhã”.

Ortega: uma história de traição

ERIC NEPOMUCENO

O dia 24 de janeiro de 1980 foi uma quinta-feira. Nesse dia, viajei pela primeira vez à Nicarágua sandinista. A revolução que derrubou Anastasio Somoza estava no poder a exatos seis meses e cinco dias.

Tive contato com o único civil que formava parte da Junta de Governo naquele então, o escritor Sergio Ramirez, uma amizade que permaneceu intacta e próxima ao longo de todos estes anos.

Os outros quatro membros vinham da guerrilha que liquidou a dinastia que, durante décadas, saqueou e sufocou aquele belo e ensanguentado país.

Nos nove anos seguintes, meus laços com a Revolução Sandinista se fortaleceram em cada uma das muitas visitas. Eram meus anos jovens, e nós, estrangeiros que defendíamos e apoiávamos a Revolução, tivemos bastante contato com vários dos integrantes do governo. Alguns mais expansivos, outros menos.

Daniel Ortega parecia um homem fechado, de olhar desconfiado, que me comoveu uma única vez, em 1986, quando me falou de seu irmão Camilo, morto em combate com as forças do ditador Somoza, e contou que entre os 15 aos 34 anos ele jamais teve casa: viveu na clandestinidade. Ao ouvi-lo contar que havia vivido clandestino durante mais da metade da sua vida até o triunfo da Revolução, pela primeira e única vez senti algo de humano naquela figura de pedra.

Nosso último encontro foi no Rio de Janeiro, em 1990, numa reunião com artistas e intelectuais, meses depois de sua derrota eleitoral para Violeta Chamorro.

Em meados do ano seguinte, me falaram pela primeira vez sobre a “piñata sandinista”, um saque generalizado, com a ferocidade de abutres. A imagem da piñata – um jogo infantil comum no México e na América Central, que consiste em vendar os olhos da criança e lhe dar um bastão para que golpeie um boneco de papel ou cartolina, pendurado numa corda, até destruí-lo, liberando como recompensa uma cascata de balas e chocolates escondida em seu interior – ficou gravada na minha memória, como um insulto à Revolução, aos que morreram por ela, aos que acreditaram nela.

Tardei muito tempo em aceitar como verdade o que verdade era.

Anos depois, soube mais: que, na verdade, a piñata havia ocorrido ainda antes, quando a Revolução ainda existia e os nicaraguenses mantinham aquele fogo de esperança, enquanto seu país era sufocado por Ronald Reagan por fora, e pelos traidores da Revolução por dentro.

Soube que, por exemplo, o mítico Tomás Borge, último sobrevivente do quinteto que fundou a Frente Sandinista, em 1961, e em cuja casa me hospedei várias vezes – ele gostava de ser amigo de escritores, tanto que a mesma casa recebeu Eduardo Galeano, Jorge Enrique Adoum, Eduardo Heras León, Julio Cortázar e Mario Benedetti – havia sido beneficiado pela piñata antes mesmo da derrota eleitoral de 1990.

Recordo as muitas vezes em que o comandante nos levou – eu, Galeano, Adoum e Benedetti – ao que chamava de “minha churrascaria”, como quando digo eu quando recebo amigos no Rio e os levo ao “meu restaurante”. A diferença é que aquela churrascaria efetivamente pertencia a Tomás Borge, e eu, dos “meus restaurantes”, só tinha a presença.

Também descobri que, ao confiscar propriedades de milionários somozistas e distribuí-las a órgãos do Estado, Daniel Ortega reservou para si uma importante quantidade de imóveis em Manágua. Muitas das “casas de protocolo”, reservadas a visitantes estrangeiros, localizadas no luxuoso bairro de Las Colinas, no sul da cidade, eram na verdade propriedades de Daniel Ortega. Então, pensei se nós, escritores que apoiávamos a Revolução, não havíamos sido hóspedes dele e não do governo.

A Revolução Sandinista foi a última da minha geração, e talvez a última da história seguindo esse modelo. Em muitos momentos, senti, sentíamos, que os sandinistas conduziam os nicaraguenses a algo muito próximo de realizar sonhos impossíveis, de tocar o céu com as mãos. Guardarei para sempre, no melhor lugar da minha memória, alguns momentos vividos naqueles anos de esperança, que pareciam ser de uma luminosidade absoluta. Finalmente, a Revolução que poderia ter sido (e que em vários momentos foi) viva e formosa, acabou sendo traída de forma vil, imperdoável.

Aquela esperança que derrotou a dinastia dos Somoza foi sucedida por outra dinastia, igualmente perversa, abusadora: a dinastia de Daniel Ortega e sua esposa, Rosario Murillo.

Recentemente, faleceu o cardeal Miguel Obando y Bravo, que foi bispo de Manágua e um inimigo feroz daquele processo, em claríssima aliança com os somozistas derrotados e com os latifundiários e o empresariado que se opunha aos sandinistas – e que se revelou mais que um crítico impecável, um costumaz manipulados da verdade.

A certa altura da guerra aberta entre os grupos chamados “contra”, patrocinados por Washington, e o governo dos sandinistas, Miguel Obando y Bravo chegou a ser nomeado integrante do “governo no exílio”, anunciado pelos que arremetiam contra Daniel Ortega e seus companheiros. Do alto do seu púlpito, foi o mais eficaz porta-voz da contrarrevolução.

Mas depois de tanto tempo, Obando se transformou em um muito fiel aliado do mesmo Ortega, esse que se instalou no governo apoiado pela direita mais feroz e pelo empresariado mais mesquinho. E que, desde 2006, se elege e reelege em eleições claramente manipuladas.

Este é o Daniel que encabeça hoje uma nova dinastia, a dinastia de um casal que mata e truca jovens estudantes como era o seu irmão Camilo quando foi assassinado pela dinastia anterior, a dos Somoza.

Desde abril, jovens nicaraguenses, todos ou quase todos nascidos depois do final daquela Revolução que deixou de ser, são mortos por um governo isolado e que carece de qualquer vestígio de legitimidade.

Um traidor é e sempre será um traidor.

Mas há traidores de pior categoria.

José Daniel Ortega Saavedra pertence, com méritos, a essa espécie.

Publicado pelo portal Carta Maior em 13/06/2018

Sob pressão, Trump diz que vai prender famílias sem separá-las



Crianças apartadas da família no centro de detenção de McAllen, no Texas

49 crianças brasileiras estão separadas de seus pais nos EUA

Uma lista mais atualizada das crianças brasileiras que foram separadas na fronteira das famílias pela iníqua política de “tolerância zero” do governo Trump praticamente multiplicou por seis o número de vítimas, para 49. Só num abrigo em Chicago, há 21 crianças brasileiras. A lista, compilada pelo Departamento de Saúde americano, é no entanto bastante imprecisa, pois não inclui o nome das crianças, idades e nem sequer a localização dos abrigos para onde foram levadas.

O caso mais conhecido de uma criança brasileira atingida pela crueldade da política de Trump, que trata os imigrantes ilegais como caso de polícia, prende quem atravessar a fronteira sem documentos e separa as famílias, é o do neto de Maria Bastos, de 16 anos, que é autista e epilético. Foi tirado dela e levado para um abrigo a 3.500 quilômetros de distância.

Separação ainda mais absurda porque a avó atravessou a fronteira e pediu

formalmente asilo, solicitação inicialmente admitida, para afinal ser ela detida e separada dele. No relato do advogado que acompanha o caso, Eduardo Beckett, “ele liga para ela e chora, perguntando quando irá voltar”. É um telefonema por semana, no sábado.

Até o início da semana, o número de casos de crianças separadas dos familiares de conhecimento do consulado brasileiro em Houston era de nove. Como descreveu o consúlgeral adjunto, Felipe Costi Santa Rosa, antes de Trump eram só dois ou três por ano. As crianças têm entre 6 e 17 anos, e alguns são irmãos.

De acordo com essas parcas informações dadas pelas autoridades norte-americanas, há crianças brasileiras em abrigos em Michigan, Califórnia e Arizona, enquanto as mães foram encarceradas no Texas ou Novo México. O trabalho do consulado é apoiar as mães e parentes

para que possam entrar em contato com os filhos, cujo paradeiro desconhecem.

Até aqui, nenhuma família voltou a se reunir. Detida há dez meses, a avó Maria segue esperando a decisão sobre seu pedido de asilo e o reencontro com o neto. Para o órgão responsável pelos abrigos, o garoto está tendo “muitas dificuldades em seu novo ambiente” – e que ambiente, pelo que foi visto nas fotos que assombram a consciência do mundo. Os que o mantêm cativo admitem que “a presença da avó seria benéfica”, mas não se sabe quando virá uma definição.

As mães brasileiras chegavam a ficar semanas sem notícias dos filhos, o que só começou a mudar com a ajuda do consulado. Outro caso que precisa de solução é o do garoto que está prestes a completar 18 anos, o que faria com que fosse transferido do abrigo de menores para um centro de detenção de imigrantes.

EUA abandona a Comissão de Direitos Humanos da ONU enquanto exhibe crueldade contra imigrantes

Já está vazia a cadeira dos EUA no Conselho de Direitos Humanos da ONU, de onde o governo Trump se retirou ruidosamente na terça-feira (19), justo no momento em que os olhos do mundo inteiro estavam voltados para a exibição de xenofobia, crueldade e estupidez contra crianças imigrantes – até bebês – separadas à força de seus pais na fronteira com o México. Como alguém comentou, o impacto da foto da criança chorando enquanto a mãe é revistada se assemelha ao da nauseante tortura de Abu Graib.

A porta-bobagens de Trump, ex-governadora Nikki Haley se esgoelou para encenar que a retirada era em solidariedade aos cúmplices de Washington no Oriente Médio, isto é, Is-

rael, ou mais precisamente o regime de apartheid de Netanyahu. Condenar o assassinato a bala de quase duas centenas de civis desarmados se manifestando em Gaza, se indignar com o assalto às terras palestinas e ao esbulho de Jerusalém é, aos olhos de Haley, evidência de “hipocrisia” e “tendenciosidade”.

Os EUA, que não reconhecem como direitos humanos o direito à saúde, ao emprego, à aposentadoria digna, e que é o único país do mundo que não ratificou a Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança, e que viola as mais elementares cláusulas dos direitos trabalhistas, conforme a OIT, sempre achou que podia dar aula sobre ‘Direitos

Humanos’. Até mesmo quando a CIA torturava em massa no mundo inteiro. Ou agora, quando o NSA grampeia geral.

O formidável currículo em direitos humanos dos EUA incluiu o apartheid, só derrubado pelas mobilizações de Martin Luther King, o recorde mundial de encarceramento em massa, a matança de negros desarmados nas ruas das principais cidades por policiais impunes, as aulas de Dan Mitrione, as listas da Indonésia, da Operação Fênix e do Chile, Abu Graib, o waterboarding, o memorando da tortura.

Conforme registrou a mídia chinesa, a demagogia sobre direitos dos EUA “está à beira do colapso”.

Rússia vende metade dos seus títulos do Tesouro dos EUA

Apenas em um mês, abril, a Rússia vendeu metade de seus títulos do tesouro dos EUA, agora reduzidos a US\$ 48,7 bilhões, o que vem causando uma polêmica sobre o significado de um movimento tão contundente e pouco comum. Os números são do Departamento do Tesouro norte-americano, já que o BC russo publica suas posições com seis meses de atraso.

Sob sanções extraterritoriais de Washington, a Rússia tem tomado medidas para conter os efeitos da dolarização sobre sua economia e ampliado os acordos com outros países para passar a usar, em seu intercâmbio econômico, as próprias moedas de cada

parte. Agora, a Rússia passou para a 22ª posição como detentor de Treasuries.

A Rússia também tem aproveitado a engenharia especulativa mantida pelos EUA para depreciar o preço do ouro e, desde que os EUA impuseram sanções, vem comprando ouro intensamente. Com 1.909 toneladas, já superou a China.

Há quem vá mais longe e enxergue na venda de metade do seu estoque de Títulos do Tesouro norte-americano como um ensaio geral para a chamada “opção nuclear” da China, que é a maior detentora de Treasuries do mundo, com US\$ 1,18 trilhão. O caso impensável que se tornou

menos impensável desde que Trump turvou as águas da guerra comercial nos tons do “todos contra todos”.

Há, ainda, avaliações de que a Rússia vendeu os Treasuries para obter divisas para resgatar dívidas de empresas russas afetadas pelas sanções – mas o valor foi muito alto para ser apenas isso. Mais provavelmente trata-se de uma medida profilática, para prevenir possíveis confiscos sob o pretexto das sanções. Em outros momentos, a Rússia já tinha reduzido seus ativos em títulos norte-americanos, mas jamais de forma tão drástica. Ainda, quem sabe, um aceno ao yuan e ao euro.

Repúdio nos EUA e no mundo inteiro à desumana separação das famílias causa pânico no arraial republicano e Trump remenda “tolerância zero” com prisão das famílias imigrantes sem separá-las

Com o repúdio à cruel e desumana separação de crianças de seus pais imigrantes pelo regime Trump – que ultrapassou 2.300 em seis semanas – se estendendo de costa a costa nos EUA e ao mundo inteiro, e sem sequer os parlamentares republicanos agüentando o repuxo da foto da menina chorando ao lado da mãe que é revistada, o jeito que o bilionário presidente arrumou foi assinar uma ‘ordem executiva’, um tipo de decreto, para “manter as famílias unidas”, mas sem abrir mão da “tolerância zero”, isto é, da prisão de quem cruzar a fronteira sem documentos.

Ou seja, as famílias vão ficar unidas, mas presas, o que torna a ‘ordem executiva’ alvo evidente para questionamentos judiciais. A rejeição se avolumara tanto, que nem a esposa de Trump, Melania, estava aceitando aquele estado de coisas. Sob pressão, Trump envernizou seu discurso xenófobo, para incluir que “eu não gosto da visão ou do sentimento das famílias sendo separadas”. Leia-se, aquela foto me ferrou.

A cinco meses das eleições intermediárias, bateu o pânico no arraial republicano. Tornou-se público que Trump montara três “baby jails” no Texas – aquela prisão para bebês e crianças bem pequenas, cuja unidade pioneira, privada, fora obra de Obama. Que uma guatemalteca foi deportada e teve dez minutos para se despedir do filho, que ficou em um abrigo nos EUA. Que pais e mães sequer sabiam para onde seus filhos tinham sido levados, muitas vezes a centenas e até milhares de quilômetros de distância.

Causou estupor o áudio da criança que chora porque sua mãe está sendo arrancada dela. A crueldade não se detinha diante da nada: um garoto brasileiro autista e epilético, uma menina de dez anos mexicana com síndrome de Down. Um imigrante hondurenho se suicidou após ser separado à força da mulher e da filha. As cenas das gaiolas de arame no ex-Walmart do sul do Texas assombraram quem quer que tivesse o mínimo de humanidade. Se entrou clandestinamente, cadeia e deportação; se entrou pela passagem na fronteira e pediu asilo, cadeia também, e dificilmente outro destino que não seja a deportação.

No momento em que Trump fazia seu anúncio, um tribunal federal em McAllen, Texas, encenava em “julgamento em massa” de 74 imi-

grantes, algemados e acorrentados. Destes, 24 haviam sido separados de seus filhos pelos agentes de fronteira ianques. Um deles, Oscar Rox-Flores, que havia sido detido dois dias antes, pediu ao juiz que fosse deportado junto com a filha, “para que possamos voltar para casa juntos”. O juiz Scott Hacker não pôde lhe dar qualquer garantia e lhe disse “não ter uma resposta quanto a isso”.

Trata-se, como foi denunciado, de uma fabricação de órfãos por decreto. Um ex-diretor do serviço de imigração denunciou que a tendência é que muitas crianças jamais se reúnam às famílias, vão desaparecer dentro do sistema. Não existe mecanismo algum para reunificar as famílias separadas.

Na ‘ordem executiva’ de Trump, este instrui seu ‘ministro da justiça’ Sessions para buscar junto a uma corte federal da Califórnia, que já julgou um caso de separação, que mude sua decisão para legalizar a permanência das crianças com seus pais onde estes ficarem presos. Também convoca o Pentágono a disponibilizar instalações para permitir que as famílias “alien” – o termo é de Trump – fiquem presas juntas. Apesar de dizer afirmar o princípio de “manter as famílias juntas”, o texto acrescenta que “sempre que possível e houver recursos”.

DIREITOS CIVIS

A principal entidade americana pelos direitos civis, a ACLU, que em março processou as autoridades da imigração em nome de uma congolesa que há quatro meses estava impedida de ver sua filha de sete anos, após registrar que Trump “foi posto de joelhos”, afirmou que “as crianças não devem ser separadas de seus pais e não podem ficar numa cadeia”. A malsinada “tolerância zero” causou “danos irreparáveis a milhares de famílias imigrantes”, acrescentou.

O diretor-executivo da ACLU, Anthony Romero, assinalou que “esta crise não acabará até que todas e qualquer criança sejam reunidas com seu pai ou mãe”. “Esta ordem executiva substituiu uma crise por outra. Crianças não podem ser mantidas na prisão de forma alguma, mesmo com seus pais, sob quaisquer circunstâncias”, apontou. “Se o presidente acha que colocar famílias na cadeia indefinidamente é o que o povo está pedindo, está grosseiramente enganado”.

ANTONIO PIMENTA

“Unidade familiar deve ser preservada”, diz secretário-geral da ONU Antonio Guterres

estados dos EUA.

O repúdio foi expresso através do seu porta-voz Stéphane Dujarric, que destacou ainda que Guterres considera que “por uma questão de princípio, os refugiados e os migrantes devem sempre ser tratados com respeito e dignidade, e em conformidade com o Direito Internacional em vigor”. Pela lei internacional, imigração ilegal não é crime.

Papa rechaça ‘tolerância zero’ de Trump

Em entrevista à agência Reuters e publicada na quarta-feira (20), Dia Mundial do Refugiado, o Papa Francisco condenou a chamada política de tolerância zero do governo Trump, dizendo que apoiava a declaração dos bispos norte-americanos de que a separação das crianças de seus pais imigrantes era “imoral” e “contrária aos valores católicos”. “Estou ao lado desses bispos”, afirmou.

O Pontífice também repeliu a “psicose” contra “os imigrantes” que vem grassando em muitos países europeus, de que a recusa a receber o navio Aquarius com centenas de refugiados foi a mais recente expressão. “Eu acho que você não pode recusar as pessoas que entram. Você tem que recebê-los, ajudá-los,

cuidar deles, acompanhá-los e depois ver onde estabelecê-los, mas por toda a Europa”.

“As pessoas fogem da guerra ou da fome”, assinalou Francisco, que depois, pelo Twitter registrou que “a dignidade da pessoa não depende de ela ser cidadã, migrante ou refugiada. Salvar a vida de quem foge da guerra e da miséria é um ato de humanidade”. Ele também se referiu à devolução ao ponto de partida “das pessoas que vêm” e que acabam “nas prisões dos traficantes”. A questão – apontou – é porque as pessoas estão vindo. Quando um país cede a independência a um país africano, é “do solo para cima – o subsolo não é independente – e depois se lamentam porque os africanos famintos vêm para cá”.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (10)

A ideia de que a honradez, a honestidade, são valores antigos e superados é, evidentemente, uma crença somente possível a corruptores, corruptos e corrompidos. Mas é evidente que essa negação da ética é central no neoliberalismo – ou seja, no capitalismo monopolista da atualidade

CARLOS LOPES

Em 1891, considerando as perspectivas dos socialistas chegarem ao poder na Alemanha, Friedrich Engels escreveu a August Bebel:

“Se isso não ocorrer, a velha sociedade burguesa poderá seguir vegetando por um tempo, sempre que um empurrão de fora não derrube o combalido e velho edifício. Uma envoltura velha e podre como esta pode sobreviver durante algumas décadas à sua morte interna...” (cf. *Engels, Carta a Bebel*, 24/10/1891, in “**Carlos Marx/ Federico Engels – Correspondência**”, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1973, p. 393). A expressão de Engels é bastante precisa: “**uma envoltura velha e podre como esta pode sobreviver durante algumas décadas à sua morte interna**” (grifo nosso).

Pode-se dizer que o capitalismo monopolista – que, quando Engels escreveu esta carta, estava em fase final de consolidação do seu domínio na Alemanha, EUA, e demais países centrais – é a “morte interna” do capitalismo.

Qual o sentido de falar-se em “morte interna” do capitalismo nos países capitalistas centrais?

Aquele frisado por Marx – que falecera em 1883 – alguns anos antes:

“[o monopólio capitalista] **É a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte uma contradição que se elimina a si mesma, e logo se evidencia que é fase de transição para nova forma de produção**. Esta fase assume assim aspecto contraditório. Estabelece o monopólio em certos ramos, provocando a intervenção do Estado. Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação de sociedades, lançamento e comércio de ações” (cf. Karl Marx, “**O Capital**”, Livro 3, vol. 5, trad. Reginaldo Sant’Anna, 1ª ed., Civ. Bras., p. 507, grifo nosso).

Este trecho de Marx vem logo após a observação de que “uma vez que o lucro aí assume a pura forma de juro, **tais empresas ainda são possíveis quando rendem juros apenas**, e esta é uma das causas que freiam a queda da taxa geral de lucro, pois essas empresas, onde é enorme o capital constante em relação ao variável, não entram necessariamente no nivelamento da taxa geral do lucro” (idem, grifo nosso).

[NOTA: Marx chama capital **constante** à “*parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, materiais acessórios e meios de trabalho, [que] não muda a magnitude do seu valor no processo de produção*”; e capital variável à “*parte do capital convertida em força de trabalho, [que] muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente [de seu valor], e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor*”.]

É inevitável, portanto, que o monopólio capitalista seja um monopólio **financeiro**. Posteriormente, Hilferding (1910) e Lenin (1916) iriam definir o capital financeiro como a fusão do capital bancário e do capital industrial, **sob a hegemonia do primeiro** (cf. Rudolf Hilferding, “**El Capital Financiero**”, Tecnos, Madrid, 1973, pp. 201 e segs.; e VI. Lenin,

“**O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**”, in Obras Escolhidas em Seis Tomos, Edições Progresso, Moscou, 1984, pp. 328 e segs.).

ANOTAÇÃO

No entanto, quando Marx escreveu as palavras que citamos, o capitalismo monopolista, o capitalismo financeiro, não existia ainda; no máximo, havia a especulação sob o II Império francês, o parasitismo especulativo na Holanda e seu crescente papel na economia inglesa.

Marx, portanto, fazia uma dedução teórica (aliás, de uma acuidade, de uma precisão científica impressionante, pois seria confirmada inteiramente pelos anos que se seguiram).

É essa confirmação pela prática que faz com que Engels acrescente – ao publicar, em 1894, o terceiro livro da principal obra teórica de Marx – uma longa nota no próprio texto do Livro 3 de “**O Capital**”. Algo bastante incomum, pois, geralmente, Engels utilizava as notas de pé de página para as suas observações, evitando interrupções do texto de Marx.

Mas esta “interrupção” é realmente justificada, pois torna mais preciso o texto teórico de Marx, ao lançar sobre ele a luz da prática posterior. O capitalismo se transformara, ou degenerara, exatamente no sentido apontado por Marx. Portanto, o acréscimo de Engels não é uma interrupção. Esta nota, com a assinatura “FE.” [Friedrich Engels], é a seguinte:

“Depois de Marx ter escrito as linhas acima, desenvolviam-se, como é notório, novas formas de empresas industriais em que a sociedade por ações se eleva à segunda ou à terceira potência. A rapidez cada dia maior com que se pode atualmente aumentar a produção em todos os grandes domínios industriais se depara com a lentidão sempre acrescida com que se expande o mercado para essa produção ampliada. O que aquela fornece em meses, leva este anos para absorver. E cresce que cada país industrial, com a política de proteção aduaneira, se isola dos demais e notadamente da Inglaterra, ainda aumentando de modo artificial a capacidade interna de produção. As consequências são superprodução crônica geral, preços deprimidos, lucros em baixa ou mesmo desaparecendo por completo; **em suma, a liberdade de concorrência, essa veneranda celebridade, já esgotou seus recursos, cabendo a ela mesma anunciar sua manifestação e escandalosa falência**. E o que evidencia o fato de se associarem, em cada país, os grandes industriais de determinado ramo para constituir cartel, destinado a regular a produção. Uma junta estabelece a quantidade a produzir por cada estabelecimento e em última instância reparte as encomendas ou pedidos apresentados. Em certos casos formaram-se temporariamente cartéis internacionais, como o anglo-teuto de produção siderúrgica. **Mas, essa forma de associação entre empresas produtoras ainda não era adequada. O choque de interesses das diversas empresas violava a com demasiada frequência e acabava restabelecendo a concorrência**. Assim chegou-se, em certos ramos em que o nível da produção o permitia, **a concentrar a produção toda do ramo industrial em uma grande sociedade por ações com direção única**. E o que já aconteceu, várias vezes, na América, e na Europa



o maior exemplo até agora é a United Alkali Trust, que pôs nas mãos de uma única firma toda a produção britânica de álcali. Os antigos proprietários das diversas empresas — mais de trinta — receberam em ações o valor estimado dos seus investimentos, ao todo cerca de 5 milhões de libras que constituem o capital fixo do truste. A direção técnica continua nas mesmas mãos, mas o comando comercial está nas mãos da direção geral. O capital de giro (*floating capital*) no montante aproximado de um milhão de libras esterlinas foi oferecido à subscrição pública. O capital todo atinge portanto 6 milhões de libras. Assim, nesse ramo que constitui a base de toda a indústria química, o monopólio na Inglaterra substitui a concorrência e prepara de maneira alentadora a futura expropriação pela sociedade toda, pela nação” (cf. “**O Capital**”, Livro 3, ed. cit., pp. 506-507, grifos nossos).

Aqui, cabe a observação de que, em um texto tão longínquo – ou tão precoce – quanto “**Miséria da Filosofia**”, de 1847, Marx já considerava inevitável que a “livre concorrência” levasse ao monopólio capitalista.

NEGAÇÃO

Este é, brevemente, o substrato econômico do que Engels, em sua carta a Bebel, chamou de “morte interna” do capitalismo.

Bem entendido, ele estava se referindo aos países centrais – Alemanha, Inglaterra, França, EUA. Mas o fato de, em vários países, o problema ser, ainda, de insuficiência do desenvolvimento capitalista, não modifica o fato (pelo contrário, torna-o mais agudamente perceptível) de que o capitalismo monopolista “é a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte uma contradição que se elimina a si mesma”.

A consequência superestrutural (ou seja, no nível ideológico) é a negação, também, da ideologia anterior do capitalismo, inclusive de sua celebrada ética.

A um modo de produção que morreu internamente, corresponde uma ética morta – ou a morte da ética.

Porém, antes que sejamos acusados de transferir mecanicamente o que pertence à instância econômica para a instância ideológica, vejamos as contradições que essa degeneração do capitalismo acarreta.

Aliás, nos limitemos a uma delas, no plano ideal.

A ideologia anterior não deixa de existir, não é apagada da cabeça das pessoas, porque não corresponde mais à base econômica, porque esta se tornou a negação da anterior.

Pelo contrário, o que acontece é o conflito dessa ideologia anterior – isto é, das pessoas que pensam nos marcos ou dentro do horizonte dessas ideias anteriores – com sua negação, proveniente da alteração da base econômica.

Assim é, por exemplo, o

choque, dentro da mesma sociedade, entre aqueles que acreditam em valores como honra, honestidade, dedicação à coletividade, à causa pública – ao país, ao povo, à Humanidade – e aqueles que afundaram no estерco ideológico monopolista e financeiro, e que, portanto, acreditam tão-somente no dinheiro, ou seja, em nada além da sua própria ganância. Na verdade, nem em si mesmos eles acreditam.

Porém, cabe aqui a pergunta: o fato dessa ideologia ser anterior, a transforma em uma ideologia reacionária?

Não é uma questão apenas teórica. Afinal, é disso que nos querem convencer todos os fariseus da praça, a começar pelos do PT, ao igualar a indignação atual contra a corrupção ao lacerdismo das décadas de 50 e 60 do século passado.

No entanto, o lacerdismo – arremedo de ideologia reacionária, fascista, entreguista, antinacional e antipopular – combatia uma corrupção que não existia, que era inventada, ou fantasiada, pelos próprios lacerdistas (com bastante ajuda da mídia norte-americana, para dizer o mínimo).

Mais de 60 anos depois das acusações do lacerdismo aos nacionalistas, que corrupção ficou comprovada?

Mesmo com 21 anos de uma ditadura que vasculhou a vida e os negócios dos líderes populares daquela época, com uma rara vontade de encontrar alguma coisa de errado, nenhuma.

Nunca houve, entre os líderes nacionalistas, nem um triplex do Guarujá nem um sítio de Atibaia.

Getúlio Vargas saiu da Presidência, em 1945, para viver na casa do irmão, onde seu hábito de fumar charutos criou alguns problemas com a cunhada – e esse homem fora presidente por 15 anos!

João Goulart desmoralizou a ditadura, quando esta, seguindo a revista norte-americana *Time*, tentou atingir a sua honra. Jango demonstrou publicamente que a corrupção apontada, tinha como depósito a cabeça de seus acusadores (cf. Jorge Ferreira, “**João Goulart**”, 2ª ed., Civ. Bras., 2011, pp. 553 e segs).

Quanto a Juscelino Kubitschek, com quem os lulistas insistentemente comparam Lula – devido às acusações lacerdistas em relação a um apartamento -, há somente um problema nessa comparação: o inquérito da ditadura, realizado por ferozes inimigos de JK, não conseguiu obter uma única prova das acusações lacerdistas, o que foi reconhecido por um homem que o odiava quase alucinadamente, a ponto de, até o final da vida, continuar repetindo as mesmas calúnias: Ernesto Geisel (v. suas entrevistas ao CPDOC/FGV, “**Ernesto Geisel**”, orgs. Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, 1997).

O que é completamente diferente daquela miríade de provas citadas, sobre Lula, pelos procuradores da República, pelo juiz Sérgio Fernando

Para essa ideologia de celerados, ganhar dinheiro – e acumulá-lo esterilmente, sem nenhum investimento produtivo – sobrepõe-se a qualquer valor humano, a começar pela vida dos outros seres humanos, e, claro, pela honradez. É a essa infâmia – não achamos outra palavra – que o PT e outras tendências, antes consideradas progressistas ou “de esquerda”, na América Latina e no mundo, se dobraram

Foto: A guerra interimperialista de 1914-1918: soldados italianos mortos após um ataque com gás

Moro – e, claro, pela Polícia Federal – no caso do triplex do Guarujá, para ficarmos apenas no caso pelo qual ele já foi condenado.

Ao contrário daquela inventada pelo lacerdismo, a corrupção atual, somente em ressarcimento dos condenados por receber propina, já recuperou, através da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, **R\$ 3.956.900.000** (três bilhões, 956 milhões e 900 mil reais).

Ao todo, já foi **provado** o recebimento de propinas no valor total de **R\$ 6,4 bilhões** (valor sem correção monetária).

O pedido total, até agora, de ressarcimento do sobrepreço e superfaturamento para assaltar a Petrobrás, monta a **R\$ 38,1 bilhões**.

Ao que se pode acrescentar um roubo de mais **R\$ 2,34 bilhões**, também já provados, na 7ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro – já ressarcidos **R\$ 452,2 milhões**.

E isso não é tudo – apenas o que se conseguiu, até agora, provar.

FASE

A ideia de que a honradez, a honestidade, são valores antigos e superados é, evidentemente, uma crença somente possível a corruptores, corruptos e corrompidos. Mas é evidente que essa negação da ética é central no neoliberalismo – ou seja, no capitalismo monopolista da atualidade.

Para essa ideologia de celerados, ganhar dinheiro – e acumulá-lo esterilmente, sem **nenhum** investimento produtivo – sobrepõe-se a qualquer valor humano, a começar pela vida dos outros seres humanos, e, claro, pela honradez.

É a essa infâmia – não achamos outra palavra – que o PT e outras tendências, antes consideradas progressistas ou “de esquerda”, na América Latina e no mundo, se dobraram.

Alguns de seus membros – não poucos – tornaram-se,



até mesmo, indistinguíveis, quanto ao cérebro, dos picaretas que abundam em Wall Street e outras zonas do meretrício financeiro.

Vale a advertência de Marx sobre momentos de decadência do capitalismo: “Existem mesmo fases da vida econômica dos povos modernos onde todo mundo é tomado de uma espécie de vertigem para fazer lucros sem produzir” (cf. Karl Marx, “**Misère de la Philosophie**”, V. Giard & E. Brière, Paris, 1908, p. 209).

A novidade, hoje em dia, é que essa “fase” não acomete um país (por exemplo, a Holanda, depois do século XVII), mas o conjunto dos países centrais – com sua sombra espraiaando-se sobre os países da periferia.

PRINCÍPIO

Ainda sobre a suposta “superação” da ética burguesa, lembremos algo que se sabe há muito – mas que todos os renegados sempre fazem questão de esquecer:

Quanto ao Direito, o socialismo **realiza** (torna **real**) aquilo que, no Direito burguês, é **formal**.

Vejamos um princípio elementar: o da igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Escrevendo, já no fim de sua vida, no início do século XX, Anatole France, na época o escritor mais famoso da França, pontuou: “*A democracia é o regime que permite tanto ao pobre quanto ao rico mendigar e viver debaixo das pontes*”.

Realmente, a igualdade perante a lei em uma sociedade onde existem tremendas disparidades de renda e propriedade – ou seja, onde existem os muito ricos e os muito pobres – é um engodo, ou, no mínimo, encontra terríveis limitações.

Essa, por sinal (e não por acaso), é a discussão e a luta de fundo nas decisões do atual Supremo Tribunal Federal (STF), em torno da impunidade ou punição dos corruptos revelados pela Operação Lava Jato.

Mas o fato de existirem essas limitações para a aplicação do princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, não quer dizer que ele esteja errado. Pelo contrário, significa que, nesse plano, a luta do povo e do país é para que esse princípio se realize – ou seja, se torne **real**, deixando de ser apenas, ou na maior parte, **formal**.

Do fato de que a realização completa deste princípio somente será possível em outra sociedade, não se depreende que, na atual sociedade, devamos desistir dele – sobretudo quando é afrontado, diretamente, por uma oligarquia política podre e por uma plutocracia tão apodrecida quanto.

No entanto, nos últimos tempos (publicamente, pelo menos desde 2014), apareceram aqueles que pregam que a corrupção é um problema “secundário”, não é nenhum grande mal, não é nada de mais – pois, afinal, faz parte do capitalismo.

Seria utopia, ou mesmo demagogia, querer acabar com a corrupção, considerando que ela é intrínseca ao sistema.

É, por exemplo, o ponto de vista de Lula, ao dizer que os procuradores da Operação Lava Jato não sabem como se faz “política”.

Outros, um pouco mais sofisticados (Deus!), dizem que somente em outro “sistema” – em outra sociedade – seria possível acabar com esse mal. Portanto, não adianta combater a corrupção agora, quando ainda estamos em uma sociedade na qual uma é inerente à outra.

Continua na página 6